UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE DIREITO

FACULDADE DE DIREITO
BIBLIOTECA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Trajectórias Desviantes Juvenis

- Percursos da (Re)Acção dos Actores da Desviância -

Isabel Maria das Neves Ribeiro

MARÇO/2000

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE DIREITO

OFERTA

Trajectórias Desviantes Juvenis

- Percursos da (Re)Acção dos Actores da Desviância -

Dissertação de Candidatura ao Grau de Mestre no âmbito do I Curso de Mestrado em Criminologia, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Sob a Orientação do Professor Doutor Luís Fernandes

Isabel Maria das Neves Ribeiro

MARÇO/2000

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE DIREITO
BIBLIOTECA
REG. 14240
DATA 2004 08,20
COTA TM/343.9/RIB/tra

Agradecimentos

Às pessoas e instituições que colaboraram na concretização deste trabalho:

- Professor Doutor Luís Fernandes;
- Professor Doutor Cândido da Agra;
- Dra. Ana Paula Matos;
- Tribunal de Menores do Porto;
- Instituto de Reinserção Social, em particular aos Técnicos de Reinserção Social e administrativos do Colégio de Sto. António, pela disponibilidade que manifestaram;
- Em particular, à Professora Doutora Celina Manita Santos pelo seu incentivo e apoio em fases significativas.

Em especial ao Dr. Ernesto Paulo e à Dra. Paula Marques Castro pela sua amizade, incitamentos e apoio incondicional neste percurso.

ÍNDICE

FACULDADE DE DIREITO · UNIVERSIDADE DO PORTO · BIBLIOTECA

INTRODUÇÃO 3

I - CONTROLO SOCIAL: A EVOLUÇÃO DOS MECANISMOS DE NORMALIZAÇÃO 7

1 - A INFÂNCIA: OBJECTO DE RACIONALIZAÇÃO DE UMA MACRO-ESTRATÉGIA 11

1.1 - O Saber Disciplinar 13

1.2 - O Estado Protector 15

2 - O JOVEM: PRODUTO DE CLIVAGENS DO TEMPO E DO ESPAÇO 16

3 - DESVIÂNCIA JUVENIL: UM ANALISADOR DAS CONTINUIDADES/DESCONTINUIDADES DAS ESTRATÉGIAS DE NORMALIZAÇÃO 18

II - TRAJECTÓRIAS JUVENIS 24

1 - EXPLICAÇÃO PROCESSUAL: PARA UMA INTEGRAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL DOS DESVIOS 26

2 - (DES)CONTINUIDADES DO DISCURSO CRIMINOLÓGICO 30

3 - PARA UMA GRELHA DE LEITURA DA ABORDAGEM EMPÍRICA 37

3.1 - Actores Sociais: Da articulação à integração de ângulos de abordagem 40

3.2 - Transgressões Juvenis: breve enquadramento legislativo/normativo 42

III - MÉTODO 46

1 - FUNDAMENTOS E ASPECTOS TEORICO-EMPÍRICOS DO MÉTODO 47

2 - METODOLOGIA 51

2.1 - Condições e Estratégias de Selecção da Amostra 53

2.2 - Procedimento Metodológico 55

2.3 - Análise Qualitativa 63

IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 68

1 - ANÁLISE DOS BIOGRAMAS: DA CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA À DESCOBERTA DE INVARIANTES/VARIANTES PSICOSSOCIAIS 69

1.1 - Invariantes 70

1.2 - Variantes 72

2 - Posições Transgressivas: Vivências Juvenis da Sociabilidade 74

2.1 - Contextos de Socialização e Desviância *75*

2.2 - Institucionalização e Transgressão *86*

3 - Posições Normalizadoras: Formas de Gestão da Desordem Juvenil 92

3.1 - Actores e Práticas da Reacção Social *93*

3.2 - Significação ou a Lógica das Estratégias de Normalização *96*

4 - Para Uma Reorganização do(s) Significado(s) Da Desviância Juvenil 99

5 - Biografia Reconstruída-Desviância Juvenil: limitações e potencialidades do método 103

CONSIDERAÇÕES FINAIS **108**

BIBLIOGRAFIA **112**

ANEXO **117**

INTRODUÇÃO

O momento de redacção de um trabalho de investigação obriga a uma sistematização e organização de um percurso descontínuo e interactivo, pautado por momentos de desconstrução/reconstrução do objecto empírico - a *desviância juvenil* -, cabendo neste espaço traçar as linhas orientadoras que presidem às posições adoptadas na sua delimitação e reconstrução teorico-metodológica.

A fundamentação da escolha deste objecto de estudo remete-nos para os contributos de modalidades de conhecimento e de vivências mais ou menos afastadas no tempo, mas também para o vazio do campo teorico-empírico criminológico, em Portugal, sobre o fenómeno da desviância juvenil e, em particular, sobre as relações entre os actores e as suas respectivas acções na produção da normatividade/desviância social.

A prática profissional de assessoria técnica na área da jurisdição de menores poder-se-à considerar significativa como catalizadora do questionamento sobre a bifurcação da realidade social em função de actores que protagonizam a desordem e daqueles que, pela (re)acção, se configuram como incumbidos de assegurar a "manutenção da ordem social".

A incursão pela realidade juvenil qualificada como desviante comporta uma objectivação das interferências inerentes ao papel institucional de normalização e a adopção de um distanciamento favorável à reflexão sobre as realidades objectivas e subjectivas do campo de observação.

A trajectória que nos propomos desenvolver decorre da vontade de aceder à compreensão dos processos de construção da desviância juvenil, procurando apreender a(s) lógica(s) subjacentes, ao reconhecê-la como produto/produtora da interacção dos diferentes elementos envolvidos - os actores e as disposições normativas sociais.

Começaremos pela análise das condições de emergência das categorias sociais da infância/juventude, a qual reenvia para uma abordagem socio-histórica que desoculta as relações entre o saber e as estratégias de controlo face à desordem social e as suas transformações a par das mutações do próprio objecto (capítulo I); o objectivo desta reflexão é o de realçar que o mundo que habitamos é uma construção social, procurando desreificar as categorias sociais, aparentemente objectivas, e tomá-las como analisador[1] das continuidades/descontinuidades da(s) lógica(s) de acção das estratégias de normalização e regulação das condutas juvenis.

O capítulo II é considerado como uma "antecâmera" da materialização da pesquisa empírica, onde se processa o enquadramento teorico-epistemológico e conceptual que delimita o percurso e os objectivos da investigação.

Inicia por uma reflexão sobre a importância do nível processual para a construção de uma grelha teorico-metodológica que considere a realidade biopsicossocial do fenómeno transgressivo.

Este posicionamento remete-nos, de seguida, para uma análise crítica sobre práticas discursivas criminológicas, salientando as suas limitações e os seus potenciais contributos, designadamente ao nível dos instrumentos conceptuais, na explicação e compreensão do fenómeno da desviância juvenil.

A consideração dos diferentes níveis de explicação científica é, então, operacionalizada através da articulação/integração de duas unidades de análise - o jovem desviante e as instâncias normativas -, procedendo à clarificação das directrizes adoptadas na investigação empírica.

---

[1]"O analisador é sempre um dispositivo (...) que, sem a referência ao sujeito pensante consciente, permite a análise, revela as formas das redes, fornece as informações, revela e faz falar as estruturas" (Da Agra, 1986b, p.386).

Neste sub-capítulo incluímos uma breve contextualização espacio-temporal do quadro normativo-jurídico de menores, especificamente no que concerne à eventual aplicação da medida tutelar de internamento, e outras disposições normativas que, em Portugal, regulam a infância e a adolescência.

No capítulo III retomamos o percurso que delineamos (aos níveis da construção do objecto e da relação sujeito-objecto), incidindo na delimitação do método de investigação - método biográfico - e nas estratégias empreendidas face às questões dirigidas ao objecto.

A partir dos fundamentos da escolha e dos trajectos da metodologia utilizada - biografia reconstruída - destacamos a sua utilização com adolescentes institucionalizados num Colégio de Acolhimento, Educação e Formação, bem como as respectivas adaptações do instrumento metodológico adoptado (biograma).

A abordagem do carácter qualitativo da análise do material empírico, operacionalizada através da utilização da técnica da análise de conteúdo, conclui a exposição da matriz do acto de pesquisa, a qual nos conduz, por fim, a uma pré-configuração da sistematização dos dados recolhidos de acordo com a problemática de partida.

O capítulo IV corresponde à apresentação e discussão dos resultados, onde se processa o equacionamento e articulação dos elementos objectivos e subjectivos que relevam da aplicação da metodologia desenvolvida, procedendo, por fim, a uma reflexão crítica da utilização da mesma, no contexto do presente estudo, com o objectivo último de contribuir para a sua aplicação em investigações futuras, designadamente com populações etárias e socio-culturalmente afins.

A presente investigação inscreve-se, então, numa determinada grelha de análise[2] que operacionaliza, ao nível (micro)psicossocial, o conceito de actor social, contornando o obstáculo entre as oposições clássica e positivista, entre livre arbítrio e determinismo: o jovem é conceptualizado como um sujeito activo que constantemente constrói, interpreta e responde à acção social; a (re)acção social é um elemento constitutivo da desviância, revelando-se necessário apreender as suas formas e significados, mediante a sua integração na análise da expressão das condutas transgressivas juvenis.

---

[2]Como grelha de análise remete para "uma certa maneira de definir o homem, a regra, a infracção e a reacção social" (Debuyst, 1990b, p.22).

I - CONTROLO SOCIAL: a evolução dos mecanismos de normalização

De que falamos, quando falamos de controlo social? A noção de controlo social tem sido alvo de controvérsia, atendendo ao carácter, de certo modo, polimorfo da sua extensão e à emergência de diversos significados atribuídos nos diferentes domínios, designadamente científicos, políticos e do senso comum, tornando-se imprescindível a sua contextualização espacio-temporal.

Poderemos percepcioná-lo, a nível das teorias sociológicas[3], como um termo que abarca todos os processos sociais destinados a induzir conformidade, desde a socialização infantil até ao aparelho judicial, ou restringi-lo às "respostas planificadas e programadas (de uma sociedade) aos comportamentos desviantes esperados e realizados" (Cohen, 1985, p.18).

Park e Burgess (1929) defendem que o controlo social deveria ser "o facto central e o problema central da sociologia" (cit. in Reiner, 1994, p.717), declarando que "todos os problemas sociais se tornam em problemas de controlo social" (ibid.), pelo que incluem, na sua análise, todos os aspectos da formação de uma cultura e a socialização dos indivíduos que a sustentam.

Na versão clássica da sociologia funcionalista, o controlo social é encarado como o pré-requisito necessário do consenso que garante a ordem social, assegurando os mecanismos adequados face à ameaça da desviância ou da desintegração social, dada a celeridade das transformações nas sociedades modernas.

---

[3]Reiner (1994), através de uma análise das interpretações sociológicas, mais amplas ou mais específicas, sobre o conceito de controlo social, identifica diferentes posições consoante a adesão a um modelo de sociedade de consenso ou de conflito.

A perspectiva interaccionista e os seus subsequentes desenvolvimentos na criminologia crítica, protagonizam uma alteração na conceptualização das instituições de controlo social, encarando-as como produtoras de desviância através dos efeitos do *labelling* e da estigmatização (Becker, 1997) numa sociedade hierarquizada em termos de valores sociais e, portanto, em conflito.

O controlo social concretizado pelos mecanismos formais de controlo, designadamente pelo aparelho judicial, configura-se, nesta perspectiva, como uma construção social, tal como as definições de desordem, delinquência ou desviância - "(...) os grupos sociais criam a desviância, construindo regras cuja infracção constitui desviância (...)" (idem, p.9).

Cohen (1988) salienta que o significado atribuído ao controlo social depende dos objectivos da própria definição, preterindo uma definição essencialista do termo, mediante a adopção, ao longo da sua análise, de uma estratégia de delimitação das "matérias de controlo social".

A análise de Cohen (1988) constitui, neste âmbito, um contributo para uma abordagem dos mecanismos de controlo social, porque assume um carácter mais amplo do que aquele centrado no aparelho judicial, incidindo nas "respostas organizadas ao crime, delinquência e formas de desviância e/ou comportamentos que são concebidos como socialmente problemáticos, quer de ordem reactiva (após o suposto cometimento do acto ou da identificação do actor), quer de ordem proactiva (para prevenir o acto)" (p.18).

Foucault (1994) identifica os mecanismos de poder que, desde o séc. XVIII, nas sociedades ocidentais, implementam e multiplicam uma heterogeneidade de técnicas de normalização e de controlo do indivíduo e das populações, e "que se exercem a níveis e por formas que ultrapassam o Estado e os seus aparelhos" (p.93).

O conceito de dispositivo (Foucault, 1989, 1994) é perspectivado como a grelha de descodificação que materializa e articula as práticas, os discursos e os actores de uma determinada cultura, permitindo, assim, desocultar a racionalidade das estratégias disseminadas no corpo social.

As instituições, nomeadamente a judicial, integraram-se progressivamente, segundo uma mesma lógica, na continuidade da acção reguladora dos micropoderes, simultaneamente alvos e produtores da socialização, entre os quais a família e a escola se constituem como espaços privilegiados da intervenção do Estado-Providência.

Trata-se, portanto, de uma série de encadeamentos de interacção, a nível microssocial, inscritos numa estratégia de conjunto que se "capilariza" pelas especificidades dos obstáculos, potenciais e efectivos, à ordem dominante.

A lógica "ortopedista" (Foucault, 1989) - procurando repor a ordem social -, encontra-se na base da normatividade social, sendo implementada pelos vários micro-poderes aparentemente dispersos, contudo, em permanente sincronia de funcionamento no tecido social.

A evolução da tecnologia do poder direccionada para a *utilizabilidade* e *docilidade* dos indivíduos e das populações emerge a par do desenvolvimento do capitalismo: "(...) este só foi garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e através de um ajustamento dos fenómenos da população aos processos económicos" (Foucault, 1994, p.143).

A gestão da desordem revela, todavia, no contexto das resistências às transformações da modernidade, uma configuração assimétrica na sua génese: tal como Donzelot (1977) identifica relativamente à emergência da família moderna, o primado educativo não produz o mesmo modelo familiar em todas as classes sociais; o processo de promoção do objectivo

educativo assume formas distintas nas famílias burguesa e popular, repercutindo-se, deste modo, nos modelos pedagógicos sobre a(s) infância(s).

O polimorfismo das "resistências" é parte integrante, enquanto produto/produtor, da extensão do campo estratégico das relações de poder, legitimando as sucessivas clivagens necessárias à sua (re)constituição como objectos de intervenção.

O controlo das figuras e das práticas que desviam dos objectivos de produção e de rentabilidade, designadamente, sob a forma de políticas sociais sobre a infância e a juventude, afigura-se, então, como um mecanismo de reciclagem dos processos de segregação e hierarquização decorrentes do macro-desenvolvimento económico.

A história permite-nos, assim, desocultar as inter-relações entre o desenvolvimento económico, industrial, tecnológico das sociedades ocidentais e as sucessivas clivagens no objecto "infância" que, entre os finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, produzem a "juventude" (Da Agra, 1986).

A juventude emerge como categoria social que atravessa várias mutações de significado com as transformações sociais, económicas e demográficas da revolução urbana e industrial. A racionalização dos processos de normalização, designadamente a nível da educação, desenvolvida desde o séc. XIX, tornou a juventude no que Gillis (cit. in Pearson, 1994) designa por "categoria residual" das alterações das definições históricas dos estatutos de "criança" e de "adulto".

Pearson (1994) salienta que, ao longo da modernidade, a juventude "(...) é vulgarmente percepcionada como uma metáfora da mudança social, bem como o símbolo dos problemas associados à transformação e ao processo da modernidade" (p.1194).

O investimento das macro-estratégias do poder sobre os objectos com maior potencialidade de reestruturação, nomeadamente sobre a população *em risco* (classes

sociais desfavorecidas, crianças, jovens, etc.), é animado pelo objectivo da *prevenção* através da operacionalização de técnicas programadas e difusas.

O conceito de prevenção comporta, em si mesmo, o fundamento do crescimento do "império do controlo do crime" (Cohen, 1988); legitimada pelos discursos teorico-científicos, através da individualização dos objectos, constitui a alavanca dos circuitos realimentadores do sistema de controlo.

O que procuramos analisar, em síntese, no presente capítulo, são os modelos estratégicos da normalização e regulação das condutas juvenis, as lógicas de funcionamento do poder em relação a uma multiplicidade de "pontos de resistência que desempenham (...) o papel de adversário, de alvo, de apoio, de pretexto para uma intervenção" (Foucault, 1994, p.98).

1 - A Infância: Objecto de Racionalização de uma Macro-Estratégia

O dispositivo de protecção à infância emerge dos movimentos desencadeados pela reforma do sistema penal, nos finais do séc. XIX, constituindo-se como um analisador das relações saber-poder que dão corpo a uma multiplicidade de formações discursivas e estratégias de gestão do corpo social.

Num momento histórico e socio-político de ascensão do capitalismo, a gestão da desordem, através da convergência do direito penal e da medicina mental, passa pela conversão das interferências na ordem social, fazendo emergir a criança anormal como o objecto privilegiado de intervenção: educação/tratamento - projecção do cidadão são, numa cidade sã (Da Agra, 1986b).

O movimento de reforma impulsionado pelo projecto de *defesa social* de A. Prins (1910), não só legitimou as alterações profundas no domínio penal, como também preconizou, num plano prioritário, a necessidade da mobilização de medidas legislativas e educativas de protecção à infância: "Para ser eficaz, a intervenção deve exercer-se logo desde a infância" (p.148).

O direito penal e a criminologia emergentes, imbuídos da política da defesa social, consideram tardia a intervenção sobre o delinquente adulto, defendendo a educação e a protecção das crianças - em risco ou delinquentes - como a estratégia mais eficaz para a prevenção do crime e da delinquência.

O progressivo deslocamento da noção de responsabilidade para a de *perigosidade* exige o estabelecimento de condições efectivas para a protecção da sociedade, constituindo a noção de *risco* um instrumento importante para o desenvolvimento da macro-estratégia da prevenção.

Os desenvolvimentos científicos, nomeadamente a nível da saúde mental (psiquiatria) e da escola positivista italiana, enquadrando as causas da delinquência (factores de ordem biológica, antropológica e social) no espaço produzido pelas coordenadas degenerescência[4]- perigosidade, legitimam o dever de intervenção do Estado "na origem e nas causas profundas da criminalidade" (Prins, 1910, p.141).

A preocupação do direito em tutelar os vários espaços do social, nomeadamente família e instituições, é fundamentada na visibilidade do polimorfismo do "fenómeno da degenerescência, da anormalidade, da insuficiência" (idem, p.143), transmitida pelas estatísticas oficiais como presente em todas as sociedades, classes sociais e faixas etárias.

---

[4]O conceito de degenerescência, central na teoria desenvolvida por Morel (1857, cit. in Da Agra, 1982, 1986), traduz o processo de evolução e de transmissão (com gravidade crescente) da patologia, o qual obedece a um mecanismo circular de interferências, do nível biofisiológico ao nível social, segundo o esquema indivíduo-hereditariedade-meio.

A intervenção virá, no entanto, a privilegiar como alvo as classes mais desfavorecidas, sob o ponto de vista socio-económico, considerando que a patologia individual indicia maior potencialidade de risco de perigosidade, quando associada à "insuficiência do meio social" - "os riscos da miséria e do abandono vêm contribuir para os riscos da degenerescência" (idem, p.147).

1.1 - O Saber Disciplinar

A medicina psicológica afirma-se, no domínio da infância, como o saber da degenerescência-perigosidade; a gestão administrativa/política das crianças perigosas, no sentido da ordem social, vem exigir, de acordo com a análise desenvolvida por Da Agra (1986), uma orientação da psiquiatria para as géneses e desenvolvimentos que se desviam da estrutura antropológica definida pela espécie (sociedade).

A grelha de análise subjacente ao processo de triagem do sistema de protecção à infância/juventude efectua-se a partir das polaridades normal-anormal, em risco-perigoso [3], permitindo abarcar uma multiplicidade de comportamentos desviantes e ultrapassar o campo estrito do jurídico.

A diferenciação das crianças em função destas grelhas de leitura vem exigir, por sua vez, novos instrumentos de avaliação e de tratamento que permitam, respectivamente, diferenciar e intervir de forma especializada, de acordo com a matriz normal/anormal.

O investimento saber/poder prioriza a intervenção preventiva, particularmente, nos objectos cuja natureza reúna maior potencial de reconversão; ao saber "psi", por seu lado, cabe a classificação e selecção daqueles passíveis de uma restruturação

(educação/tratamento) que garanta uma maior eficácia no sentido da prevenção da criminalidade.

O saber psicológico vai-se orientar, de forma primordial, para o espaço em que as manifestações da anormalidade coexistem e se confundem com o normal - a escola.

"A escola primária torna-se, assim, o primeiro espaço de aplicação do saber médico pedagógico" (Da Agra, 1986b, p.410), no qual se identificam os objectos a separar, e a remeter para o estabelecimento central de observação, no qual se procede à observação dos problemas/distúrbios das crianças de forma a serem, posteriormente, encaminhadas para as respectivas instituições especializadas.

A partir desta plataforma da política de defesa social, e a par da produção de instrumentos teóricos que permitam uma detecção precoce e uma diferenciação/classificação da matéria mórbida/perigosa, emergem múltiplas clivagens do objecto "criança anormal", com a concomitante criação de espaços institucionais específicos, dentro dos quais são, por sua vez, implementados regimes de "aprendizagem" adequados a cada uma das subcategorias, com o objectivo de rentabilizar as "aptidões" de cada sujeito.

A par do desenvolvimento da política criminal de defesa social observa-se, assim, uma proliferação das investigações científicas de pendor etiológico e determinista, constituindo a hereditariedade (causas intrínsecas) e/ou as condições de vida e o meio educativo (causas extrínsecas), as matrizes de diferenciação e de tratamento dos objectos desviantes às normas biológicas, psicológicas, sociais.

---

[5]Referencial que vem substituir o da escola clássica, o qual se efectuava a partir dos termos "responsabilidade-irresponsabilidade, capacidade de discernimento-não discernimento" (Da Agra, 1986, p.400).

1.2 - O Estado Protector

O movimento de reforma enquadra-se no momento histórico da implantação do capitalismo, pautado pelas transformações económicas e sociais (mobilidade maciça das populações para os centros urbanos), reclamando um novo tipo de resposta, ao nível dos mecanismos de controlo social, para o novo tipo de questões colocadas pelas formas de antissociabilidade emergentes (como por exemplo, a mendicidade e a vadiagem).

O dispositivo de protecção da infância materializa-se nos discursos e nas práticas da política de defesa social, expandindo-se pela progressiva criação de mecanismos jurídicos de regulação (legislação relativa ao poder paternal, ao trabalho, à escolaridade).

A construção da categoria da infância inscreve-se, então, num processo mais lato de transformações sociais, no qual a *família* surge investida como o veículo primário de socialização.

A noção de perigosidade e o subsequente movimento de reforma vêm legitimar a intervenção de prevenção do Estado, através da mobilização de medidas legislativas[6] e educativas que permitam atingir o objectivo da defesa social; a gestão administrativa abarca não só as crianças, como as famílias consideradas incapazes de corresponder ao saber/poder de educar.

O alargamento progressivo do campo de intervenção, traduz-se pelo crescente envolvimento do Estado nos temas do desvio, orientado pelos sistemas de classificação capazes de discriminar, seleccionar e diagnosticar, requerendo espaços e estratégias adequadas ao(s) objecto(s).

---

[6]Em Portugal, a Lei de Protecção à Infância data de 1911.

O novo regime, o qual compreende medidas de guarda e de educação dos menores, substitui o antigo sistema penal de carácter repressivo, em relação à infância, exigindo, deste modo, a criação de espaços específicos de controlo social.

Neste domínio são instituídas instâncias e figuras de saber/poder - tribunais de menores, comissões de protecção, médicos, pedagogos - que visam o controlo das crianças e dos seus espaços de vida (a família, a escola, o trabalho, a rua).

A emergência de uma jurisdição de protecção de menores encontra-se, deste modo, intimamente associada a uma intervenção sócio-educativa do Estado, a qual privilegia a defesa da sociedade, mediante medidas de protecção e de assistência, com base no conceito de "risco social", que perdura, ainda, no sistema de jurisdição de menores português.

2 - O Jovem: Produto de Clivagens do Tempo e do Espaço

O saber sobre a génese e desenvolvimento humano, numa íntima articulação com o desenvolvimento socio-económico do modo de produção capitalista, vai-se orientar, a partir dos anos 20, para a racionalização da temporalidade da vida humana, em função "do progresso, do lucro, do bem comum, da rentabilidade" (Da Agra, 1986b, p.437).

"O espaço da família torna-se distinto do espaço produtivo, do espaço educativo e da aprendizagem" (Da Agra,1986a,p.82), reunindo-se as condições para a individualização racional do próprio trajecto existencial.

Com os imperativos tecnológicos da industrialização e a subsequente alteração da diversidade de tarefas, as crianças passaram a ser progressivamente encaradas como "demasiado pequenas" e sem competências suficientes para participar no processo de produção.

Até então, tal como Muncie (cit. in Brown, 1998) descreve, o "trabalho infantil" era, não só vulgar, como economicamente necessário, tanto para as famílias que dependiam daqueles salários, como para os proprietários das fábricas que beneficiavam desta "mão de obra barata".

Os movimentos religiosos e filantrópicos implementados pela classe média assumem, neste contexto, um impacto significativo, quer nas produções legislativas relativas às normas laborais para a população infantil, quer no reforço do papel da educação como meio de garantir a moral e a ordem social.

As sucessivas regulamentações sobre o trabalho (limites etários em função do seu exercício e duração) e a obrigatoriedade de frequência escolar baseiam-se nas delimitações entre a infância e a juventude, categorias sociais que adquirem progressivamente uma maior visibilidade social e fundamentam o desenvolvimento de modos de vigilância mais sofisticados, em particular, sobre as "classes perigosas".

Esta conjuntura socio-histórica exige que o saber medico-pedagógico desenvolva as suas potencialidades, mediante uma aliança com a psicologia e a psicanálise, para gerir o equilíbrio entre os indivíduos e o(s) seu(s) contexto(s) em mudança.

Os princípios de diagnóstico e tratamento visam a rentabilidade, a avaliação das capacidades individuais, de forma a distribuí-las de acordo com uma diversificação da actividade produtiva e inventiva, surgindo, neste contexto, as orientações profissional e escolar, a diversidade das formas de ensino (técnico, profissional, universitário) e os prolongamentos sucessivos da idade escolar (Da Agra, 1986b).

É a partir da constituição de toda uma panóplia de referenciais normativos que, ao longo do processo de desenvolvimento do sujeito, são delimitados os desvios e accionados os mecanismos saber-poder de uma readaptação às normas sócio-culturais dominantes: "O

referente da anormalidade é a actividade social. Neste sentido, é uma inadaptação" (Da Agra, 1986b, p.440).

As modalidades do exercício das diversas instâncias formais, designadamente no âmbito do sistema de jurisdição de menores, em Portugal, apoiam-se numa lógica medico-pedagógica, assistindo-se, nos últimos anos, a uma progressiva extensão dos dispositivos de normalização da infância e da juventude para a comunidade, mediante o desenvolvimento de projectos que visam, como prioritária, a prevenção junto de meios qualificados como particularmente "problemáticos".

3 - Desviância Juvenil: Um Analisador das Continuidades/Descontinuidades das Estratégias de Normalização

A emergência do objecto da "juventude" surge na extensão do período da infância, com a racionalização dos espaços e do tempo, a qual permite a (re)construção de um referencial de normalidade em relação à ordem social: "o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e recompõe" (Foucault, 1989, p.127).

O processo de normalização, regulamentado aos níveis jurídico, médico e psicológico, obedece a políticas de intervenção centradas no sujeito (votado ao papel passivo da "assimilação" de normas), de acordo com as sucessivas divisões que demarcam as classes e as idades em função dos processos e das posições produtivas - emergência da idade escolar, da idade do trabalho...

O processo do desenvolvimento humano é alvo de clivagens sucessivas e de aplicação de normas de comportamento, nos contextos familiar, escolar, sócio-profissional, em relação às quais se definem o jovem normal e o jovem desviante.

As reacções do "sector juvenil" a esta lógica de normalização, no cenário político, social e cultural dos anos 50/60, designadamente na Grã-Bretanha, vieram, não só questionar a eficácia da organização dos dispositivos sob a racionalidade medico-pedagógica e o funcionamento "consensual" da sociedade, como exigir novas grelhas de análise ao saber científico e a reorganização da acção dos mecanismos de controlo social[7].

Desde episódios de revolta social até fenómenos individuais e grupais matizados pelo político, pela delinquência e pela patologia, é estabelecida uma estreita relação de cumplicidade entre este "caos transgressivo" (Da Agra, 1986) e a adolescência/juventude.

Os dispositivos de controlo social da infância e da juventude, organizados segundo grelhas médico-pedagógicas e psicológicas, revelam-se incapazes de uma gestão eficaz, perante a emergência de novas formas de expressão que ameaçam a ordem social - *desviâncias juvenis* -, que se traduzem "pelas rupturas ou pela incomunicação com o sistema social" (Da Agra, 1986b, p.444).

O "mito" da insegurança urbana, focalizado e ampliado pelos meios de comunicação social na inadaptação juvenil - traduzida pelo polimorfismo das expressões desviantes, em grupo (entre as quais, violência, vandalismo, consumo de drogas) -, vem exigir uma restruturação do investimento do saber na análise destes fenómenos transgressivos, de forma a delinear novas estratégias que assegurem a manutenção da ordem social.

A emergência da noção desviância acontece na sequência de um olhar totalizante, permitindo que as diferentes abordagens teóricas se concentrem nos traços comuns das categorias comportamentais.

---

[7]O cenário português actual indicia uma crise do dispositivo de protecção à infância/juventude em vigor, conjuntura que é ilustrada pelas movimentações das instâncias de poder no sentido de uma alteração substancial e formal do quadro legislativo (não só em relação à delinquência juvenil, como também face às situações consideradas "em perigo"), induzindo uma vontade do poder político em especificar os mecanismos de controlo da desviância juvenil, mediante uma bifurcação do direito de menores em "tutelar educativo" e de "promoção e protecção de crianças ou jovens em perigo".

A apreensão das várias *figuras da desviância juvenil* adquire, neste âmbito, significado apenas por referência aos micro (familiar, grupo de pares) e macrossistemas (social e cultural) em que aquelas se encontram contextualizadas, constituindo-se, portanto, enquanto subsistemas, parte integrante e activa nas relações permanentes com o meio envolvente.

A questão não consiste na eliminação da desordem, mas na teorização e formalização das figuras transgressivas, com vista a uma planificação de estratégias, progressivamente, mais abrangentes do corpo social.

Identificados os efeitos iatrogénicos do modelo correctivo/tratamento das instâncias formais de controlo social (Cohen, 1988), as quais, ironicamente, haviam sido desenvolvidas com base numa estratégia de prevenção - vigilância e tratamento educativo da criança com vista à produção do futuro adulto "são" - , (re)investe-se, a partir da década de 60, numa táctica da prevenção que se focaliza a montante e a juzante dos períodos da infância e da juventude - controlo, vigilância e educação do adulto com vista à produção do jovem "são" (Da Agra, 1986b).

É a partir da despistagem dos factores de risco, quer de ordem biológica/genética, quer aos níveis social e cultural, que proliferam e se diversificam tipos de prevenção que, até à actualidade, ordenam uma gestão administrativa das populações.

A crise económica, social, política e cultural vivenciada nas sociedades ocidentais, nos inícios dos anos 60, conduziu a um "impulso desestruturador" (Cohen, 1988) das bases dos mecanismos de controlo social implementados pela ideologia do "Estado protector".

As duas modalidades da operacionalização das estratégias de controlo social - protecção social (prevenção) e/ou protecção judiciária -, apoiadas na ideologia centralizada e racionalizada do Estado, são questionadas pela declarada ineficácia do seu tipo de

resposta, assistindo-se a movimentos de descentralização das estratégias de controlo social para a comunidade (Cohen, 1988).

A retórica comunitária anima múltiplos movimentos que implicam a família, a escola, a vizinhança, os centros comunitários (saúde, acção social,...), onde surge uma sobreposição da diversidade das práticas de prevenção locais (de tratamento, de ressocialização) que devem assegurar a responsabilidade do controlo da desviância.

A desocultação dos efeitos deste "profundo impulso desestruturador" nos mecanismos de controlo social revela, no entanto, uma extensão do processo de tutela do Estado, mediante a re-utilização de estruturas financiadas, racionalizadas e avaliadas pelo mesmo, contrariamente ao modelo comunitário invocado que pressupunha uma autonomia das comunidades baseada na promoção de actividades informais de inter-ajuda organizadas pelos próprios residentes locais[8].

A política de gestão administrativa da desordem privilegia a acção local, na comunidade, procurando "minimizar os riscos" de desviância, mediante o suporte de uma rede de instituições e de projectos diferenciados, mas desenvolvidos sob a "supervisão", directa ou indirecta, do Estado: "(...) em qualquer fase do contacto do cliente com estes - entrada, permanência, saída - está fortemente controlada e supervisionada por profissionais estatais ou (cada vez mais) por empresas privadas financiadas pelo Estado" (Cohen, 1988 p.187).

---

[8]Cohen (1988) recorre à distinção, desenvolvida por P. Abrams, entre ajuda comunitária como "entrega de serviços" e como "relações de boa vizinhança"; as mesmas são encaradas como conceptualizações distintas e mesmo incompatíveis, porquanto uma condiciona a acção da outra: a primeira significa uma administração burocrática de serviços de assistência aos bairros, isto é, uma maior extensão do Estado social àqueles que necessitam; a segunda constituirá a real alternativa ao Estado social.

Os movimentos de desinstitucionalização, descriminalização e de derivação[9] do sistema judicial configuram-se progressivamente, não como uma alternativa, mas numa ampliação, bifurcação e continuidade das estratégias de controlo social: a coexistência dos extremos *brando* e *duro* permite a disseminação e o controlo das normas, remetendo para o domínio judicial e, por último, para a institucionalização, os casos considerados, não apenas os mais graves em termos de uma conduta qualificada pela lei penal como crime, mas também aqueles que não cooperam ou os que as instituições não judiciárias se manifestam incapazes de gerir.

A formalização e extensão dos poderes discricionários de selecção, através da implementação, por parte do Estado, de programas e de projectos comunitários, remete os casos "para dentro" do sistema - "(...) a derivação é utilizada como uma alternativa à sua não detenção e não como uma alternativa ao seu processamento" (idem, p.87).

Relativamente à delinquência juvenil, as reacções negativas a esta efectiva ampliação da intervenção do Estado assumem, a partir dos anos 70, formas de retorno aos postulados clássicos beccarianos, apelando à concentração dos recursos na sua "verdadeira tarefa": o controlo do delito (Cohen, 1988).

A lógica da bifurcação do sistema "endurece" o lado *duro*, reforçando a extensão do alcance do Estado, porque apesar da delegação e devolução de certos conflitos sociais para estruturas não judiciárias ou comunitárias, o aparelho judicial permanece como a única forma legítima de autoridade.

---

[9]Conforme salientado por Cohen (1988), os sistemas de justiça juvenil sempre terão operado uma "derivação verdadeira" (p.85), visto que a maioria das transgressões juvenis, designadamente os actos delictivos, raramente davam lugar a processo judicial; a instância policial assume, neste contexto, um papel discricionário relativamente aos casos remetidos para os tribunais de menores, restringindo-os a repreensões/admoestações informais ou encaminhando-os informalmente para serviços de acção social.

A complementaridade das acções preventivas programadas, aos níveis individual e sócio-cultural, produz relações de acção/retroacção entre uma multiplicidade de dispositivos, nas quais a instância judicial assume um papel de gestão e de controlo da ordem social.

A política de "defesa social", agora sob o princípio do "risco", anima um movimento mais vasto resultante das macro-estratégias saber-poder que se desenvolvem (e perpetuam) em todo o corpo social: organizações públicas e privadas, instituições (família, escola) e na própria comunidade.

As problematizações sociológicas do controlo social acompanham as questões dirigidas à natureza da ordem social, onde a designação de *pós-modernidade* é aplicada por uma variedade de perspectivas em referência à complexidade dos desenvolvimentos culturais, sociais e económicos que transformaram o mundo moderno numa "nova ordem social", predominando os temas da fragmentação e do pluralismo (Reiner, 1994).

A estrutura social da pós-modernidade assume uma dinâmica de fragmentação, de (des)organização; "a ordem pós-moderna é dividida em múltiplos contextos de acção e de formas de autoridade (...) a totalidade coesiva é substituída por uma multiplicidade de locais de reprodução social" (Giddens, cit. in Reiner, p.756).

Os diferentes saberes concentram-se nos mesmos objectos, examinando-os minuciosamente de modo a "colocá-los" no "espaço correcto", de forma a que possam ser alvo de estratégias diferenciadas; o mecanismo evolui de forma integrada, reorganizando e redistribuindo os objectos, segundo "uma economia política do corpo" (Foucault, 1989).

II - TRAJECTÓRIAS JUVENIS

As configurações sócio-históricas das produções discursivas sobre a figura juvenil revelam-nos "objectos conceptuais" diferentes que derivam de grelhas de leitura diversas, tornando-se, neste momento, crucial situarmos as *rupturas*, os *obstáculos* e os *actos*[10] epistemológicos que fundamentam a nossa posição teorico-metodológica.

A produção de conhecimento científico "(...) não implica somente interrogarmo-nos a respeito da eficácia e do rigor formal das teorias e dos métodos disponíveis: obriga a que interroguemos os métodos e as teorias efectivamente utilizados, a fim de determinar o que eles fazem aos objectos e os objectos que eles fazem" (Bourdieu, 1968, cit. in Sedas Nunes, 1984, p.34).

O conhecimento é encarado como um processo dinâmico, (re)construído a partir de rupturas com as *evidências* do senso comum e de uma interrogação sistemática sobre a complexidade do fenómeno da desviância juvenil, a qual não se esgota, não obstante a pluralidade das dimensões abordadas por diferentes métodos.

Uma análise da dispersão teórica e metodológica da explicação científica sobre a desviância juvenil, permite-nos identificar a existência de pontos de vista diferentes, por vezes assumidos mesmo como contraditórios, excluindo-se mutuamente, os quais tendem a reduzir a expressão do fenómeno a determinismos ou indeterminismos de ordem individual e/ou social.

O recurso à história do pensamento científico, em geral, conforme Da Agra (1998) salienta, revela-nos uma deslocação "(...) de formas elementares e simples de explicação

---

[10]Noção que Bachelard (1984) opõe à de "obstáculo epistemológico", correspondendo "aos ímpetos do génio científico que provocam impulsos inesperados no curso do desenvolvimento científico" (p.206).

(que mais não eram que simples descrição) para formas actuais caracterizadas pela complexidade" (idem, p.65), pelo que uma explicação complexa sobre o fenómeno da desviância juvenil deverá procurar "(...) articular modos de explicação já de si mais profundos do que a explicação causal: a análise das estruturas subjacentes ao fenómeno observado, o seu funcionamento, as suas mudanças de estado no tempo" (idem, p.66).

Trata-se de "transformar a evidência realista, que nos apresenta os fenómenos como *coisas* independentes, em meta-evidência racionalista que os transforma em *sistemas* a cujo comportamento presidem estruturas, modos de funcionamento e finalidades (...)" (ibid.).

A analogia sistémica obriga-nos a ir para além das explicações causais lineares sobre um determinado fenómeno, exigindo a convergência de diferentes níveis de análise que permita aceder à complexidade das inter-relações entre as estruturas biopsicossociais de funcionamento (do próprio indivíduo e dos seus contextos) e ao estilo de vida dos indivíduos inscrito nas flutuações temporais: "O objecto transdisciplinar, convoca a transdisciplinarização dos saberes. Rompem-se fronteiras, abrem-se passagens duns níveis de compreensão a outros" (Fernandes, 1990, p.124).

A construção de conhecimento, a partir de um determinado campo empírico, deverá assumir um carácter dinâmico, num esforço de integração das dimensões estrutural e processual da transgressão. O presente estudo situa-se no ponto de vista da perspectiva do *actor social* - "como um processo que se refere ao sujeito em relação, actor da sua conduta, ou seja de certa forma criador daquela, mas também posicionado e determinado pela sua situação" (Digneffe, 1990, p.353).

A noção de "actor social" é utilizada, neste estudo empírico, não, apenas, como um conceito, mas como uma grelha de análise inscrita no domínio criminológico, a qual nos orienta, a partir do plano fenomenal do nosso objecto, na reconstrução do fenómeno da desviância juvenil, delimitando os percursos e os objectivos teorico-metodológicos.

Destacamos os contributos de Da Agra (1982; 1986; 1990; 1994; 1996; 1998) de Debuyst (1985; 1990; 1991) e de Digneffe (1989; 1990) como matriz que regula e orienta a necessária redução e delimitação do objecto e dos objectivos do estudo, como também dos procedimentos e níveis de análise a concretizar - "(...) um objecto de investigação, por muito parcial e parcelar que seja, só pode ser definido e construído em função de uma *problemática teórica* que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade postos em relação pela questão que lhes é dirigida" (Bourdieu, 1968, cit. in Sedas Nunes, 1984, p.39).

1 - Explicação Processual: Para uma integração biopsicossocial dos desvios

O saber explicativo sobre o fenómeno criminal apresenta, a partir dos anos 60, uma ruptura com o modelo explicativo causal, onde "(...) o fenómeno é percepcionado como um mero efeito de um outro sistema que o antecede no tempo e o determina na sua natureza e evolução (...) ora o corpo, ora a personalidade, (...) ora a sociedade, ora ainda a conjugação dos três sistemas" (Da Agra e Matos, 1996, p.29), a par da emergência de um novo esquema explicativo que faz intervir o *tempo* "(...) nos sistemas de interacção estabelecidos entre o indivíduo e as suas circunstâncias psicológicas, sociais e culturais" (ibid.).

Da Agra e Matos (1996) identificam quatro níveis fundamentais de transformações operadas no saber criminológico que possibilitaram a emergência do modelo de explicação processual: (i) o carácter "normal" do fenómeno criminal; (ii) a emergência do conceito de desviância; (iii) as metamorfoses do pensamento científico sob o paradigma sistémico; (iv) a ruptura da oposição entre livre arbítrio/determinismo.

A transgressão e a normatividade são construtos sociais, pelo que devem ser contextualizados nos códigos morais, sociais e/ou legais do sistema de referência - "(...) o fenómeno criminal deixou, já no pensamento de Durkheim, de ser considerado como entidade à parte ou alheia às próprias sociedades" (Da Agra e Matos, 1996, p.29).

As transgressões são sempre definidas por referência a quadros normativos, presentes num determinado contexto socio-histórico, pelo que a explicação das primeiras remete necessariamente para a análise dos segundos, respeitando a sua dinâmica e as flutuações da(s) própria(s) estrutura(s) em que se inscrevem.

A linha interaccionista, nomeadamente com base nos estudos empíricos com recurso às técnicas de inquérito de delinquência auto-revelada[11], relativizou os axiomas etiológicos da criminologia que subentendem diferenças, de ordem individual e/ou social, entre os delinquentes e os não delinquentes; daí a necessidade de uma leitura teórica que dê conta da constituição e das fases de envolvimento em formas de vida desviantes.

A ruptura epistemológica com a lógica determinista da criminologia positivista, presente no modelo de socialização que exige a adaptação dos sujeitos à cultura dominante e a delimitação de fronteiras entre o normal e o patológico, é operacionalizada segundo uma conceptualização totalizante concentrada na abordagem da diversidade cultural/social e na subsequente relativização dos critérios das instâncias de produção e reacção normativas; a emergência do conceito *desviância* confronta-nos com "(...) a irredutibilidade do agir transgressivo às categorias constituídas para explicar as desordens fisiológicas (doença) e as desordens sociais (o crime e a delinquência)". (Da Agra e Matos, 1996, p.30).

---

[11]Significativas na desocultação das "cifras negras" das estatísticas oficiais associadas aos processos de selecção e estigmatização dos mecanismos de reacção social (West e Farrington, 1973; Frechette e LeBlanc, 1978, cit. in Cusson, 1989).

A perspectiva interaccionista (Mead, cit. in Larrauri, 1991; Becker, 1997) protagoniza uma "revolução científica" no saber criminológico, produzindo uma massiva reordenação teórica segundo um movimento de desconstrução e desreificação do mundo social - a *desviância* não é uma qualidade ontológica da acção, mas o resultado duma reacção social.

As investigações empíricas concluem pela ineficácia do sistema formal, designadamente das prisões e dos estabelecimentos de reeducação juvenis, identificando os efeitos perniciosos da "etiquetagem" nos processos da desviância e da delinquência, em particular nos jovens.

Paralelamente à inversão do objecto de estudo - do sujeito ou acto desviantes para as instâncias de produção e reacção normativas - é operada uma ruptura de ordem epistemológica e metodológica através de uma abordagem de natureza dinâmica do fenómeno da desviância, o qual é conceptualizado como o resultado de processos de interacção, no termo dos quais o sujeito é estigmatizado como "desviante".

A noção de desviância institui-se, assim, ao longo das últimas décadas, como "macro-conceito" (Da Agra, 1986b), abarcando as realidades enquanto noção genérica que traduz uma inter-comunicação entre os níveis político, social, cultural e biológico: "...a desviância, nas suas diferentes expressões, (...), emerge como comportamento no jogo complexo das relações entre indivíduos, grupos e normas institucionais, entre a especificidade cultural de certas populações e das estruturas sociais, entre as normas da espécie (código genético) e os códigos sociais." (idem, p.364).

A diluição das fronteiras entre o normal e o patológico dificulta a aplicação das grelhas de leitura de diferenciação existentes aos níveis biológico, antropológico e social, exigindo um modelo de integração biopsicossocial, explicativo e compreensivo da ordem e

da desordem - *modelo sistémico-informacional-comunicacional*[12], com base numa explicação processual dos níveis biológico, psicológico e social.

A ruptura epistemológica e metodológica em relação às criminologias positivista (forjada no determinismo) e clássica (livre arbítrio), através da análise das interacções estabelecidas entre o sujeito e a estrutura social, resulta na conceptualização da interiorização dos valores e das regras como um processo no qual o sujeito tem um papel activo; daí o reconhecimento "(...) da ética na compreensão e explicação do fenómeno criminal" (Da Agra e Matos, 1996, p.31).

O comportamento humano é percepcionado como um jogo complexo entre os determinismos e indeterminismos, reconhecendo a responsabilidade do sujeito no agir reactivo em relação às normas "(...) mais orientado por lógicas de significação do que por determinações causalistas" (Da Agra, 1990, p.417).

As questões do livre arbítrio e do determinismo, na explicação científica do fenómeno transgressivo, são reconceptualizadas a partir da configuração sistémica: "os conceitos de auto-organização, de autopoiesis, enquanto propriedades dos sistemas finalizados, representam bem as linhas de fuga, quer ao determinismo, quer ao livre arbítrio. O seu poder heurístico advém-lhes da articulação entre o nível macroscópico, configuração do sistema ou o seu *comportamento*, e o nível microscópico, articulação efectivada no conceito de sistema dinâmico, cuja descrição exige uma análise situada a três níveis: funcional, estrutural, processual" (Da Agra, 1998, p.67).

---

[12]Da Agra (1986) fornece-nos a leitura, a nível epistemológico, dos processos subjacentes a este modelo, considerando-o o momento *transdisciplinar*, "no qual se constata um duplo movimento epistemológico do biológico para o psicológico e o social, e do social e do psicológico para o biológico" (p.333).

2 - (Des)continuidades do Discurso Criminológico

O contributo dos estudos da linha diferencial da criminologia (baseada nas diferenças entre os sujeitos), na problematização da delinquência enquanto situação conflitual que se traduz por uma transgressão da regra, revela-se ao nível das variáveis de ordem estrutural identificadas, visto que as mesmas manifestam uma elevada correlação com o grau de envolvimento na delinquência, apreendida pelos estudos longitudinais, através da técnica dos questionários de delinquência auto-revelada (Debuyst[13], 1991).

A abordagem desenvolvimental da conduta delituosa enfatiza os aspectos que se prendem com o aparecimento e evolução da personalidade delinquente ao longo da infância e juventude, procurando caracterizar as diferentes etapas do envolvimento na actividade ilícita, mas também os processos subjacentes à continuidade destes comportamentos[14].

A introdução da dimensão desenvolvimental no estudo da delinquência juvenil, pelos trabalhos de LeBlanc e Fréchette, viria a assumir uma abordagem de ordem processual (Manita Santos, 1998), como tentativa de conhecimento e compreensão dos processos envolvidos em cada uma das etapas do sistema de vida do sujeito, na linha dos estudos sobre carreiras ou trajectórias desviantes desenvolvidos, nomeadamente, por West e Farrington (1973, 1977), Loeber e Dishon (1983, 1990), Loeber (1988, 1990), Ferrara (1992) e Coté (1982), por vezes em colaboração com LeBlanc (Coté e LeBlanc, 1983).

---

[13]Debuyst contesta, no entanto, o conceito de personalidade criminal adoptado pelos teóricos da linha diferencial, considerando que o mesmo induz "um reducionismo inaceitável, na medida em que realiza uma concepção estática e determinística do indivíduo e não traduz toda a heterogeneidade dos actos, pessoas, contextos e situações que estão em jogo no fenómeno da criminalidade" (Manita Santos, 1997, p.71).

[14]Neste âmbito situam-se os estudos desenvolvidos por LeBlanc (1986, 1991, 1994), LeBlanc e Fréchette (1987, 1988, 1989), citados por Manita Santos (1998).

Nestes estudos[15], a fase da adolescência manifesta comportamentos desviantes expressivos desta fase de desenvolvimento, concluindo que cerca de 90% dos jovens cometeram, algures na sua vida, um acto transgressivo, mas que apenas 15% desses jovens enveredaram por uma carreira criminal (Coté & LeBlanc, 1983, cit. in Manita Santos, 1998).

A identificação de elementos ou de constelações de factores de risco que conduzem a actos desviantes (em particular delinquência ou toxicodependência), surge associada a uma tentativa de aceder às leis que os regulam e à preditabilidade de uma eventual actividade desviante por parte de um jovem.

Uma análise desenvolvida sobre estes estudos, por Hawkins et al. (1992), distingue entre factores de risco contextuais (disponibilidade das drogas, pobreza e desorganização dos bairros de residência...) e factores de risco individuais e interpessoais (problemas de comportamentos precoces e persistentes, dificuldades escolares, conflitos familiares...) susceptíveis de conduzir à delinquência ou à toxicodependência ou, eventualmente, aos dois (Brochu, Brunelle e Cousineau, 1997).

No conjunto das investigações analisadas foram, de igual modo, identificados factores de protecção (como, por exemplo, a vinculação familiar, o empenho escolar, uma auto-estima positiva) que permitirão atenuar, resistir ou ultrapassar o efeito da exposição aos factores de risco. A consideração destes factores de protecção permite, por um lado, compreender melhor por que é que jovens expostos aos mesmos elementos de risco, uns cometem actos delinquentes ou usam drogas, enquanto que outros não o fazem e, por outro

---

[15]A sistematização efectuada por Cusson (1989) relativamente às investigações sobre delinquência juvenil, realizadas nos EUA, Canadá, França, Inglaterra, Suécia, dá conta de uma dispersão de estudos que, apesar das diferenças a nível do método utilizado, apresentam regularidades a nível das conclusões; estas apontam que a delinquência juvenil "aparece durante esta fase da vida, não coloca geralmente problemas graves aos seus autores e desaparece com a entrada na vida adulta" (ibid, p.50); "(...) a delinquência é um epifenómeno da adolescência" (LeBlanc, 1978, idem).

lado, accionar mecanismos de prevenção no sentido de controlar a emergência desses comportamentos.

As etapas definidas e as trajectórias que estas investigações descrevem, a partir de estudos longitudinais, configuram-se, no entanto, numa lógica determinista, visando, sobretudo, a organização de tipologias de actos transgressivos a par de uma preconização de "modelos diferenciais de intervenção", segundo a qual o jovem se encontra submetido a condições, internas e/ou externas, sobre as quais não tem qualquer acção (Brochu, Brunelle e Cousineau, 1997; Manita Santos, 1998).

A teoria do controlo de Hirschi (1973) surge na mesma linha etiológico-explicativa da delinquência juvenil, defendendo a tese de que "os actos delinquentes tenderão a ocorrer quando se enfraquece ou rompe o vínculo do indivíduo com a sociedade" (cit. in Dias e Andrade, 1992, p.222).

Não obstante as suas definições de socialização e de vínculo se situem numa explicação estrutural do fenómeno e se baseiem no modelo de consenso da sociedade, Debuyst (1991) reconhece o potencial contributo dos elementos explicativos[16] subjacentes à análise do vínculo social, mediante a sua contextualização na história na qual intervêm os diversos protagonistas, cujas inter-relações e as respectivas posições ocupadas, permitirá compreender o modo como este vínculo adquire significado para um determinado sujeito.

Matza e Sykes (1957, 1961 e Matza, 1961, cit. in Larrauri, 1991; Matza, 1969) protagonizam uma das críticas mais significativas à orientação etiológica dos estudos de investigação sobre a desviância juvenil (associada a uma perspectiva de

---

[16]Hirschi procedeu a uma avaliação da delinquência juvenil, identificando os elementos de análise do vínculo com os diferentes meios socializantes (que constituem os canais de veiculação das regras), cuja ruptura potencia as probabilidades da transgressão: *attachment*, *commitment*, *involvement* e *belief*.

correcção/tratamento), considerando-a lacunar em relação à explicação da complexidade do próprio fenómeno.

Os autores refutam que o delinquente seja um ser "patologicamente" distinto do cidadão convencional e assinalam que a maioria dos jovens partilha dos valores dominantes[17] ou participam em versões convencionais de tradições juvenis desviantes, recorrendo a *técnicas de neutralização*[18] que se traduzem pelo recurso, anterior à própria conduta, a diversos motivos/racionalizações que justificam os seus actos desviantes e que lhes permite o distanciamento necessário para gerirem os seus modos de vida.

Na obra *Becoming Deviant* (1969), Matza desenvolve a sua explicação sobre o processo pelo qual um determinado jovem se torna desviante, preconizando uma atitude naturalista, de descrição da natureza do fenómeno delituoso, através da apreciação das versões e motivos do próprio sujeito na explicação da sua conduta, isto é, a partir do seu ponto de vista. O conceito de desviância opõe-se ao de patologia, visto que a *diversidade*, apesar de sob o ponto de vista do sujeito ser dotada de significado, encontra-se proscrita por normas.

---

[17]A existência, na cultura dominante, de *tradições subterrâneas* de carácter hedonista que celebram valores opostos à ética do trabalho da classe média - diversão, aventura, agressividade - a par dos valores convencionais, constitui uma das teses, destes autores, que fundamenta uma continuidade, *ampliação* ou *distorção*, e não uma inversão, do sistema de valores dos jovens desviantes (Matza, 1961, cit. in Larrauri). Segundo Matza (1961; Matza e Sykes, 1961), o carácter rebelde da juventude adopta três formas extremas - a delinquência, o radicalismo e o espírito boémio - que, caracterizando-se "(...) por (1) serem publicamente denunciadas, (2) serem adoptadas apenas por uma pequena minoria de jovens, (3) serem toleradas por amplos sectores da população adulta, (4) terem o seu correspondente convencional, (5) serem valorizadas de forma ambivalente em privado" (cit. in Larrauri, 1991, p.16), demonstram que as subculturas se baseiam nos valores subterrâneos presentes na cultura convencional, fundamentando uma dialéctica entre estas subculturas e o contexto social mais amplo.

[18]Os autores desenvolvem uma teoria criminológica sobre a delinquência, na qual distinguem cinco técnicas fundamentais baseadas em valores convencionais, destacando, neste contexto, a inoperância do controlo social veiculado pelas normas dominantes: (1) negação da responsabilidade; (2) negação do dano; (3) negação da vítima; (4) condenação dos condenadores; (5) apelo a lealdades superiores.

As investigações desenvolvidas pela Escola de Chicago, nomeadamente as de Shaw (1930) pelo seu carácter pioneiro na utilização de uma metodologia qualitativa (método biográfico) no estudo da delinquência juvenil, mostram-nos a importância da inscrição do comportamento delinquente no social, através do qual o sujeito é levado a construir o sentido das suas acções e das suas relações com as regras (Digneffe, 1989; Da Agra e Matos, 1996).

A concepção do sujeito desviante enquanto ser qualitativamente diferente do "homem normal", sobre o qual incidiu a procura de factores que determinavam esta diferença, foi questionada, a partir de meados do séc. XX (anos 50), pela corrente fenomenológica, liderada por E. De Greeff, a qual salienta a complexidade do fenómeno humano e a sua irredutibilidade a "facto experimental" (Digneffe, 1989).

Refutando o pressuposto de que a diferença entre os delinquentes e os não delinquentes se situa em termos quantitativos, i.é, em determinado número de características/traços que facilita, nos primeiros, a passagem ao acto criminal, o movimento fenomenológico procura aceder à compreensão das vivências interiores do delinquente e aos *processos* subjacentes à passagem ao acto.

A partir do contributo de De Greeff, "a questão da responsabilidade penal deixou definitivamente de estar ligada apenas à consciência (liberdade) do autor ou aos determinismos que o condicionam, passando-se a enfatizar a inteligibilidade do seu acto por referência com a sua conduta geral, seu carácter, seus motivos, instintos e afectos, e seus antecedentes pessoais (...), a análise da perigosidade vai procurar-se agora no domínio do psicológico e suas relações com o social" (Manita Santos, 1997, p.65).

Na linha de uma criminologia clínica em sentido amplo, proposta por Debuyst (1991), o acto é situado num processo sequencial que ultrapassa o quadro judiciário e os *a priori* penais, visto que analisa a delinquência em função (1) da posição que o sujeito ocupa na

sociedade, (2) das interacções e dos processos que daí resultam, em função dos contextos e (3) das características da personalidade, às quais é atribuído, salvaguardando certas excepções, o papel de variáveis intermediárias.

O autor salienta que, "logo que falamos da posição que o sujeito ocupa na sociedade, este termo deve incluir a posição ocupada no sistema judiciário" (idem, p.64), focalizando o papel selectivo das instâncias de reacção formal ao comportamento transgressivo.

Nesta perspectiva, o conceito de personalidade, designadamente de *personalidade criminal*, é questionado, sendo as características da personalidade compreendidas "em relação com a situação como um todo, ou em relação com a posição que o sujeito ocupa numa dada inter-relação e que determina, a partir do que ele é, o tipo de solução que ele encontra ou que se impõe, que poderá ser a delinquência" (Debuyst, 1991, p.61).

Esta posição teórica e metodológica, centrada no conceito psicossocial de *actor social*, perspectiva o indivíduo como sujeito que constrói e dá sentido aos seus actos, numa atitude clínica que considera "o outro" como o meio de acesso à gestão da sua própria vida; a abordagem do vivido dos actores surge orientada para a compreensão dos processos e significações do acto transgressivo, para "(...) o modo como os sujeitos organizam e vivem as suas relações com as regras ditas morais" (Digneffe, 1989, p.96).

O conceito de actor remete para o poder que o sujeito tem sobre o seu comportamento/acto, designadamente em termos da significação que lhe atribui, enquanto subsistema em interacção dinâmica com o social.

O programa de investigação desenvolvido pelo Centro de Ciências do Comportamento Desviante, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sobre droga e crime (1991-1996)[19], constitui uma operacionalização

---

[19]Sob a coordenação do Professor Cândido da Agra (1998).

fecunda da explicação científica sobre o fenómeno da transgressão, considerando a complexidade da integração/articulação dos diferentes níveis de análise.

Da Agra (1998) identifica, mediante a comparação entre (intra e inter) comportamentos convencionais e desviantes, um factor comum - *desviância latente* -, de natureza biopsicossocial, a partir do qual se diferenciam os comportamentos, designadamente as várias expressões de transgressão às normas legais e sociais, considerando que "a fase da adolescência é o paradigma e a expressão mais evidente de uma posição existencial dominada pela desviância latente" (ibid., p.75).

A constatação do carácter normal da expressão de comportamentos desviantes, durante a fase da adolescência, é consonante com as perspectivas da linha diferencial e desenvolvimental, salientando a importância da dimensão evolutiva das expressões transgressivas e da sua subsequente organização em estilos de vida normativos ou desviantes (Da Agra, 1998).

A desviância latente apresenta características genéricas, comuns a sujeitos convencionais e desviantes (aqui situa-se a aproximação à tese de Matza), representando, então, a probabilidade, ou seja, os "factores de risco" que, sob certas condições, poderão precipitar a ocorrência e manutenção de determinadas formas de vida desviantes.

As diferentes orientações para a desviância assentarão em *factores específicos* que se traduzem em transformações em diversos sentidos, segundo uma conjugação de factores individuais e ecossociais, que "sedimentam no tempo constelações de hábitos de comportamento" (ibid., p.79).

A manifestação e evolução das condutas transgressivas não decorre de uma relação contingente, nem causal, mas de uma relação processual entre os diferentes elementos envolvidos[20].

A questão permanece, assim, nas evoluções operadas, nos percursos de vida dos jovens, para a normatividade ou para a desviância e, portanto, na necessidade de uma leitura teórica que integre estes instrumentos conceptuais explicativos (as diferenças existentes relativamente às ligações que eles estabelecem com os diferentes grupos socializantes, designadamente família, escola, grupo de pares) no seu percurso vivencial.

3 - Para Uma Grelha de Leitura da Abordagem Empírica

Seguindo a configuração sustentada por Debuyst (1991), consideramos que, quer os processos inerentes à passagem ao acto, quer os processos subjacentes à reacção social, não constituem duas realidades distintas, acentuando a sua relação de complementaridade para uma compreensão mais globalizante da história da transgressão.

Neste quadro de leitura, os elementos sócio-culturais e políticos adquirem uma importância fundamental para a compreensão da situação transgressiva, atendendo a que é num determinado contexto socio-político "que certas reacções se organizam, que certas características de personalidade se afirmam, que certos processos se desenvolvem (...)" (idem, p.62).

---

[20]Da Agra (1998) identifica o sistema de variáveis que medeiam as expressões desviantes droga-crime: "o indivíduo, o seu meio interno (variáveis biopsicológicas e existenciais), o seu meio externo (espaço e condições socio-económicas e culturais), a sua história (trajectória biográfica); o grau de desviância geral; o estilo desviante (desviância diferencial); o comportamento (tipo e graus de consumo das drogas, tipo e grau de delinquência).

A análise do fenómeno transgressivo adquire, neste contexto, uma dimensão mais abrangente, focalizando-se na "compreensão dos *processos complexos* que conduzem à prática de actos delinquentes ou transgressivos e à determinação do *sentido* que lhes é atribuído pelos seus autores" (Manita Santos, 1997, p.71).

O conceito de *processo* remete, portanto, para as interacções entre os sujeitos (actores) que se desenvolvem numa determinada temporalidade e circunscritas a um dado contexto, sendo salientado o significado das posições (considerando a distribuição desigual de poder) que ocupam os diferentes protagonistas neste jogo de interacções.

O conceito de *actor social* aplicado ao estudo da transgressão e do crime[21] (Digneffe, 1989; Debuyst, 1985) revela-se particularmente fecundo na problematização da regra (social ou legal), em termos da sua elaboração e aplicação, integrando-a no conjunto dos elementos a ter em conta na compreensão e explicação da situação transgressiva.

O estudo de uma determinada realidade social, a partir da perspectiva do actor, exige, portanto, a clarificação das condições subjectivas/objectivas sob as quais se desenrola a acção: a acção decorre em função da forma como a interpretamos, mas inscreve-se na situação em que nos encontramos.

Neste sentido, a investigação, e em particular a organizada numa perspectiva transversal de abordagem, deve ter em conta a conjuntura biopsicossocial específica da população juvenil, enquanto uma fase da vida socialmente delimitada, pautada pela celeridade do ritmo das transformações dos referentes individuais (fisiológicos, psicológicos) e sociais (família, escola, grupo de pares).

---

[21]Da Agra (1994), ao nível da análise que desenvolve sobre a evolução das relações entre a ética, a ciência e a justiça, salienta o contributo da perspectiva do actor social para uma intercomunicabilidade entre estes três sistemas: "ela tem como objecto de análise o *sistema* constituído pela criação da lei, a sua aplicação e a sua transgressão; como ponto de vista, a abordagem fenomenológica; como paradigma, a explicação processual e a rejeição, tanto do determinismo, como do livre arbítrio" (p.127).

Observamos o sujeito no auge da formação das estruturas do sistema individual e da criação de sentido relativamente ao mundo que o rodeia; fase, então, caracterizada pela "(...) experimentação de um estilo próprio de individualidade, no relacionamento com o meio. Os comportamentos desviantes manifestos, neste estado, são mais significativos como expressão do que como conteúdo" (Da Agra, 1998, p.75).

A "crise da adolescência" não é senão a gestão da vida no *continuum* da dependência/autonomia, o momento da constituição do poder sobre o próprio acto, de "tomar decisões face às múltiplas possibilidades de bifurcação que se abrem ao sistema" (Da Agra, 1986a, p.86).

Daí a importância da dimensão evolutiva das expressões transgressivas e da subsequente análise da sua organização em estilos de vida normativos ou desviantes, inscritos em formas de vida do sistema social convencional ou de meios socialmente estigmatizados como desviantes (Da Agra, 1998).

A presente pesquisa circunscreve-se, então, segundo Da Agra e Matos (1996), à *primeira fase* (ou ciclo) da(s) trajectória(s) desviante(s), descrita pelo início da "manifestação de comportamentos desviantes sistemáticos, de cariz pré-delinquente (fugas de casa ou escola, vadiagem, pequenos furtos e/ou pequeno tráfico) e/ou com o consumo de drogas (leves ou duras)" (ibid., p.66), demarcada entre os 11 e os 16 anos e com uma duração que oscila entre 4 e 6 anos[22].

---

[22]Os autores delimitaram, no estudo desenvolvido sobre a relação droga-crime, três ciclos/fases em cada uma das trajectórias desviantes identificadas: "delinquentes/toxicodependentes" (grupo de indivíduos que apresenta comportamentos desviantes persistentes, já tendencialmente delinquentes - fugas de casa, vadiagem, absentismo escolar, pequenos furtos e/ou pequeno tráfico -, anteriores ao consumo de drogas); "toxicodependentes-delinquentes" (grupo que revela consumo persistente de drogas leves e duras anterior ao cometimento de delitos) e "especialistas droga-crime" (constituído por indivíduos cuja prática delinquente grave ocorreu entre o consumo persistentes de drogas leves e o consumo de drogas duras).

3.1 - Actores Sociais: Da articulação à integração de ângulos de abordagem

Uma análise dos processos desviantes implica o acesso à temporalidade e espaços em que o mesmo decorre, pelo que o comportamento desviante é enquadrado, no presente estudo empírico, no conjunto dos acontecimentos de vida do *actor*, através da abordagem da sua trajectória de vida.

A deslocação deste conceito para o domínio do nosso objecto empírico conduz-nos para o campo das significações atribuídas pelos diversos actores em relação às normas (quer aqueles que as aplicam, quer aqueles que as transgridem), operando, portanto, como um instrumento de análise da realidade das inter-relações entre o sujeito e as instituições de normalização.

Contrariamente às perspectivas clássica, positivista e neo-clássica que consideram "(...) como a priori que a regra se encontra instituída e que, portanto, a sua aplicação faz-se a partir do seu único objecto: o delinquente" (Debuyst, 1990b, p.30), a noção de infracção não se encontra pré-determinada pelas disposições normativas, sendo, também ela, um dos elementos a ser problematizado e interrogado.

Como actor, ponto de confluência de indeterminismos e determinismos, admitimos o jovem como sujeito activo na gestão da complexidade de estímulos nomeadamente no agir reactivo às normas, inscritas no tempo e no espaço; a interiorização dos sistemas de regras e de valores não é um processo passivo, resultando de uma gestão criativa dos determinismos biopsicossociais e das liberdades intersubjectivas mediadas pelas regulações sociais espontâneas e normativo-racionais (Manita Santos, 1998).

Na nossa análise do fenómeno da desviância juvenil, optamos pelo racional inerente ao conceito de "comportamento problemático" proposto por Debuyst (1985), o qual possibilita um distanciamento relativamente aos referenciais individuais e sociais

convencionais, normativos e, subsequentemente, uma percepção mais englobante dos elementos que constituem efectivamente a situação.

O nosso estudo empírico visa a compreensão dos actos transgressivos da população juvenil, mediante uma descrição, tão exaustiva quanto possível, dos elementos - jovem e instâncias de normalização - (e da sua dinâmica) que constituem o quadro de produção da desviância juvenil.

Nesta medida, movemo-nos no terreno da transdisciplinaridade, no qual a psicologia e a sociologia se dissolvem de forma a possibilitar a problematização dos comportamentos desviantes, considerando que os mesmos resultam de processos complexos, tanto do sujeito qualificado como desviante, como daqueles que o qualificam como tal.

Entendemos, portanto, que a compreensão da desviância juvenil apenas poderá ser operacionalizada mediante uma análise das interacções e dos processos que os actores desenvolvem, em função da posição que ocupam na sociedade, numa determinada temporalidade e circunscritas a um dado contexto.

A trajectória do jovem desviante constitui-se, neste estudo, como o analisador das relações entre os actores sociais implicados no(s) processo(s) de desviância, contextualizados nos seus espaços de interacção, partindo da estruturação de dois eixos que permitem apreender:

- a reacção das instâncias sociais normativas, a sua estruturação em torno do objecto (jovem desviante), a forma como (inter)comunicam e produzem a desviância;

- a trajectória do sujeito, questionando de que forma o seu modo de vida se desenvolve na interacção com os processos normativos de socialização, isto é, as formas como se reestrutura enquanto actor social.

Considerando a importância dos referenciais normativos (jurídicos e legislativos) na abordagem compreeensiva e explicativa da desviância juvenil, julgamos oportuno proceder a uma breve clarificação das suas formas e orientações[23].

3.2 - Transgressões Juvenis: breve enquadramento legislativo/normativo

O estudo empírico desenvolvido situa-se no plano da intervenção do sistema de jurisdição de menores português[24], pelo que se nos afigura pertinente, neste momento, um breve enquadramento do racional de funcionamento da instituição judicial, com base na Organização Tutelar de Menores (Dec-Lei nº 314/78, de 27/10, actualizado pelo art.2º do Dec-Lei nº120/98, de 08/05), designadamente em relação à medida tutelar de internamento em estabelecimento de reeducação (artº18º, al.l) ou para efeitos da sua aplicação (artº56º) em regime de internato[25], e a sua relação com os serviços e instituições que lhe prestam assessoria técnica, designadamente o Instituto de Reinserção Social[26], a quem é cometida a "intervenção social de justiça".

O sistema de jurisdição de menores inscreve-se numa intervenção sócio-educativa do Estado, cujos fins visam "(...) a protecção judiciária dos menores e a defesa dos seus direitos e interesses, mediante a aplicação de medidas tutelares de protecção, de assistência e de educação" (artº2º), até ao limite superior etário dos 18 anos de idade (artº17).

---

[23]Esta abordagem assume um carácter pragmático, considerando que, quer o sistema de jurisdição de menores, quer as restantes disposições normativas, se integram, numa estratégia de normalização medico-pedagógica (cf. capítulo I).

[24]O tratamento jurídico das questões relativas a menores engloba matérias tutelar e tutelar cível, revelando-se necessário esclarecer que nos movemos no primeiro domínio; dado o carácter ilustrativo, deste espaço, relativamente à estrutura funcional do sistema judicial, as reflexões relativas à política de controlo, propriamente dita, serão desenvolvidas na análise dos resultados empíricos.

[25]A qual, segundo o artº 20º da OTM, "só poderá ser decretada em relação a menores com mais de 9 anos de idade".

A política de reeducação e de assistência institui o princípio da irresponsabilidade/inimputabilidade penal dos jovens até aos 16 anos de idade[27], prevendo a extensão da sua competência "Quando, durante o cumprimento da medida, o menor com mais de 16 anos cometer alguma infracção criminal, o tribunal pode conhecer dela, para o efeito de rever a medida em execução, se a personalidade do menor e as circunstâncias pouco graves do facto assim o aconselharem" (artº16º); o tribunal de menores decreta o termo das medidas aplicadas "(...) em virtude de o menor se encontrar socialmente readaptado ou quando este atingir os 18 anos" (artº29º).

A iniciativa processual cabe à instância judicial, a partir da participação verbal ou escrita de qualquer pessoa ou entidade (pública ou privada) ou a pedido do próprio menor (artº47º) e assume um carácter obrigatório sempre que o Ministério Público e as autoridades tenham conhecimento de alguma das situações previstas no artº13º (relativamente a menores entre os 12 e os 16 anos de idade) e 15º, al.a) (relativamente a menores até aos 18 anos de idade):

> Artigo 13º
>
> a) Mostrem dificuldade séria de adaptação a uma vida social normal, pela sua situação, pelo seu comportamento ou pelas tendências que haja revelado;
>
> b) Se entreguem à mendicidade, vadiagem, prostituição, libertinagem, abuso de bebidas alcoólicas ou uso ilícito de estupefacientes;
>
> c) Sejam agentes de algum facto qualificado pela lei penal como crime ou contravenção.

---

[26]"...pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sob a tutela do Ministério da Justiça" (Dec-Lei nº 58/95, de 31 de Março, artº1º).

[27]Será de notar a existência de um regime penal especial para jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos.

Artigo 15°

a) Decretar medidas relativamente a menores que sejam vítimas de maus tratos ou se encontrem em situação de abandono ou desamparo capazes de pôr em perigo a sua saúde, segurança, educação ou moralidade.

O sistema assenta, portanto, numa política de controlo que reduz a desviância juvenil às crianças/jovens em perigo ou perigosos, permitindo abarcar todo um conjunto de situações e/ou de condutas, englobadas na noção de "risco social", que se desviam dos parâmetros sociais normativos.

A OTM contempla, ainda, a protecção de menores por via administrativa[28], de idade inferior a 12 anos, quando estes se encontrem em situações que se reportem a estados de delinquência ou paradelinquência (artº13º). Com a criação das, actualmente designadas, Comissões de Protecção de Menores (Dec-Lei nº189/91, de 17 de Maio) - instituições oficiais não judiciárias -, a competência destas é extensiva, independentemente da idade do menor, às situações designadas no artº15º, al.a) e é-lhes atribuído "um poder-dever genérico de cooperar em todos os casos que se refiram a menores carecidos de protecção".

A intervenção destas instituições, a qual se encontra imbuída de uma acção de carácter preventivo, exige o consentimento expresso dos pais ou do representante legal do menor (artº76º), resultando a falta de consentimento ou a oposição daqueles na transferência da competência de intervenção para o tribunal de menores ou de comarca, conforme a área de residência de facto do menor.

---

[28]Designados na OTM como "Centros de Observação e Acção Social" (artº 75º ao 97º).

Os Colégios de Acolhimento, Educação e Formação (CAEF) são estabelecimentos tutelares de menores[29], sob a administração e gestão do Instituto de Reinserção Social que, mediante decisão judicial, executam medidas de internamento e de acolhimento residencial (para efeitos de diagnóstico/prognóstico sobre a situação de menor).

Por último, importa destacar as disposições normativas relativamente aos regimes de escolaridade obrigatória, de formação profissional e de trabalho vigentes[30] (Dec-Lei nº396/91, de 16 de Outubro), as quais, sumariamente, consagram: a obrigatoriedade de frequência do ensino básico com a duração de nove anos (ou até à idade mínima dos 15 anos); a fixação da idade mínima de 16 anos para a prestação de trabalho, sendo salvaguardadas as excepções em que, concluída a escolaridade obrigatória, os jovens de 14 anos "podem prestar trabalhos leves, que não sejam susceptíveis de prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico e mental".

---

[29]"(...) destinam-se ao exercício de acção social sobre os menores e o seu meio, à sua observação, (...) à execução de medidas tutelares decretadas pelos tribunais ..." (artº72º,nº1); "A acção social exercer-se-à, de modo particular, nos meios em que seja mais elevado o grau de incidência da inadaptação ou da delinquência"(ibid,nº2).

[30]Sobre as quais a instância judicial detém, também, um papel de controlo relativamente ao seu incumprimento.

III - MÉTODO

Qual é o método capaz de dar conta dos significados, por um lado, dos saberes e das práticas dos dispositivos da desviância juvenil e, por outro lado, do jovem qualificado como desviante, de forma a apreender os processos de interacção entre os diversos actores implicados na produção da desviância?

Quais os processos do advir desviante? Quais as reacções das instâncias normativas espontâneas concretas (família, escola) e normativo-racionais (tribunal) em relação ao desvio? Quais as trajectórias dos jovens institucionalizados em Colégios de Acolhimento, Educação e Formação (CAEF)?

A escolha do método é configurada como um processo de desconstrução/reconstrução que delimita progressivamente a complexidade do objecto que está na origem da investigação, subentendendo fundamentos teóricos que o justificam e constroem.

O método compreende, então, uma lógica de racionalização que, de forma mais ou menos explícita, temos vindo a tentar configurar, conceptualizando-o como "(...) o percurso geral da investigação que orientará o procedimento do investigador em função dos objectivos precisos que visa e das questões que coloca a si próprio" (Digneffe, 1990, p.205).

O estudo empírico, enquanto processo "de escuta" da(s) realidade(s), dos dispositivos de normalização e do jovem desviante, obedece a um método relacionado com o plano fenomenal do objecto - "A escolha do método depende do recorte prévio do objecto, das

suas especificidades e subtilezas e singularidade, depende dos seus contornos e manifestações" (Fernandes, 1990, p.119).

Daí a escolha de um método que permita a convergência do individual e do social, ou seja, uma aproximação à complexidade da interferência de ambas as lógicas, enquanto processo interactivo - o método biográfico.

1 - Fundamentos e Aspectos Teorico-Empíricos do Método

Retomamos o percurso que delineamos aos níveis da construção do objecto e da relação sujeito-objecto, o qual só nos poderia conduzir a um método qualitativo como estratégia de adequação às características do nosso "objecto-sujeito", pelo que, neste momento, orientaremos o nosso olhar para aspectos que dão corpo ao próprio método.

No domínio do saber sobre o fenómeno transgressivo, Clifford Shaw (1930) considera que "a história de vida é um novo dispositivo de investigação criminológica" (Da Agra e Matos, 1996, p. 32), constatação que, nomeadamente a partir dos anos 80, tem (re)suscitado uma diversidade de posições teóricas e metodológicas nos diversos domínios do saber.

Os trabalhos de Ferraroti (1983), Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1995), Digneffe (1989, 1997) e Da Agra e Matos (1996) parecem-nos concretizar o esforço da constituição do método biográfico num campo transdisciplinar que dá conta da complexidade do objecto.

Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1995), sustentando que as biografias constituem a matéria prima privilegiada para uma ciência transdisciplinar, consideram que o movimento da (re)emergência do método biográfico, nomeadamente na investigação científica, advém

da "(...) preocupação de se aproximar cada vez mais do real concreto" (ibid., p.10), a par de um esforço de reflexão sobre o plano metodológico.

O método biográfico, enquanto catalisador da comunicação entre o investigador e o sujeito, "(...) reenvia para a desestruturação/restruturação sintética de um acto ou de uma história individual consideradas como a secção horizontal ou vertical de um sistema social" (Ferrarotti, 1983, p.54) - "o indivíduo é *praxis* sintética da realidade social, não reflete o real, apropria-se dele, mediatiza-o, filtra-o, retransforma-o em estruturas psicológicas e projecta-o, através da sua individualidade e subjectividade" (Manita Santos, 1998, p.506).

Ferrarotti (1983) assinala a irredutibilidade da complexidade da conduta humana, contextualizando o método das histórias de vida num sistema - observador-observado -, no qual decorre "um processo de feedback circular que ridiculariza qualquer presunção de conhecimento objectivo" (p.56), onde o sujeito é conceptualizado, não como o "objecto passivo que o determinismo mecanicista pretende" (idem, p.55), mas cujos comportamentos resultam de uma prática humana que torna os actos individuais "irredutíveis a factores determinantes" (ibidem).

A importância do método biográfico como instrumento de investigação é destacada por Manita Santos (1998), pelo seu potencial heurístico que, para além da aproximação ao real concreto, permite "uma redifinição das relações sujeito-objecto, com a possibilidade de incorporar (no método) o que até há bem pouco tempo era visto como obstáculo epistemológico: a subjectividade e a relação entre sujeito e objecto" (idem, p.511).

A abordagem da delinquência desenvolvida por F. Digneffe (1989) fornece-nos referenciais significativos para a apreensão das inter-relações individuais e sociais (designadamente do modo como o sujeito gere o seu comportamento em relação às normas), desenvolvendo as questões teóricas, metodológicas e éticas em relação à utilização do método biográfico; em termos do processo de análise das narrativas e, logo,

sobre o tipo de conhecimento que poderá ser produzido, a autora[31] fundamenta a complementaridade entre a explicação e a compreensão das biografias, conceptualizando estas "(...) como um acto susceptível de tornar inteligíveis os acontecimentos que, ao nível do vivido, não possuem senão uma estrutura incoativa" (ibid., p.183).

A abordagem biográfica revela-se, portanto, não só como o meio privilegiado de acesso ao modo de gestão de vida do sujeito, mas como produto/produtora de um saber sobre as significações do acto desviante nas relações entre o sujeito e os seus espaços de vida (Digneffe, 1989).

A aproximação ao modo como o jovem gere e dá sentido ao quadro de inter-relações em que se inscreve passa por uma atitude isenta de esquemas de raciocínio pré-concebidos e pelo desenvolvimento de um processo de interacção que facilite a comunicação e a emergência da posição do sujeito no jogo dos processos relacionais do seu percurso vivencial.

O método biográfico permite-nos captar o modo como o sujeito se situa em relação às condições sociais, às formas de relação com as normas e valores e, por essa mesma via, à transgressão, enquadrando os "comportamentos problema" no conjunto dos acontecimentos de vida do actor (Digneffe, 1989; Da Agra e Matos, 1996).

A abordagem dos processos comportamentais e sociais "permite construir a noção de trajectória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou grupo) num espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes" (Manita Santos, 1998, p.509), nomeadamente nos segmentos correspondentes ao "comportamento problema" e à reacção social (formal e informal) a esse comportamento.

---

[31]Digneffe (1989) recorre ao pensamento de Ricoeur para fundamentar a sua perspectiva de análise das biografias, segundo o qual "(...) a interpretação define o processo complexo que engloba os momentos da explicação e os momentos da compreensão (...) as ciências do homem não se podem desenvolver se não reconhecerem a necessidade de uma relação dialéctica (entre aqueles dois momentos)" (ibid., p.184).

O conceito de *trajectória* emerge, portanto, do "(...) modo de explicação processual que implica a descrição do movimento que liga diferentes estados (pontos) num espaço vital" (Da Agra e Matos, 1996, p.34), pelo que a consideração de ambos os pontos de vista (o daquele que transgride e o daqueles que o sinalizam como transgressor) permite situar os acontecimentos no tempo, entendê-los como processo, possibilitando, por apelo à interpretação, a complementaridade entre explicação e compreensão da desviância.

Esta abordagem direcciona-se para a intersecção de dois planos da materialidade da desviância juvenil: (a) apreender de que forma o modo de vida do sujeito é o resultado da interacção com os processos normativos de socialização, ou seja, as formas como se reestrutura enquanto actor social; (b) aceder à posição das instâncias de reacção social, à forma como intercomunicam e se estruturam face ao sujeito.

Aproximamo-nos, portanto, de uma abordagem de natureza etnográfica que "(...) atribui à experiência humana dos sujeitos que observa um valor cognitivo" (Bertaux, 1980, cit. in Digneffe, 1989, p.106). O campo empírico constitui-se, não como uma prática de verificação ou de teste de uma teoria, mas numa lógica exploratória, como o meio de descoberta e de construção de uma inteligibilidade: trata-se de apreender o real de acordo com um procedimento indutivo (do particular para o geral).

Esta opção, fundamentada nas dimensões (objectiva/subjectiva, individual/social) do objecto de estudo, preside aos processos de recolha de dados, de análise e de reconstrução, pela interpretação, do significado de um campo concreto de investigação empírica[32].

Destacamos, neste domínio, o contributo de B. Glaser e A. Strauss (1967)[33], apesar de percepcionarmos, tal como C. Maroy (1997), a possibilidade da utilização, quer de uma

---

[32]Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1995) mostram-nos que "não existe um método único, codificado e verificado das histórias de vida: há várias maneiras de agir, conforme a pesquisa a que se procede e o uso que se quer fazer das histórias autobiográficas" (ibid.,p.93).

problemática de partida, a qual posteriormente é enriquecida com o próprio material, quer, a título provisório e heurístico, de teorias ou hipóteses já produzidas na literatura no sentido do seu potencial contributo durante a análise do material.

2 - Metodologia

A opção metodológica do nosso estudo de investigação baseia-se na análise biográfica desenvolvida por C. Da Agra e Ana Paula Matos (1996) - Biografia Reconstruída -, a qual prossegue na tradição dos trabalhos da Escola de Chicago[34], ao complementar dados hetero (documentais) e auto-biográficos (história de vida narrada pelo autor).

Para o efeito, os autores conceberam um instrumento que permite visualizar e articular o trajecto existencial do sujeito - biograma[35] -, o qual, representando a tradução gráfica dos elementos heterobiográficos seleccionados, constitui o ponto de partida para a entrevista com o sujeito (recolha de dados autobiográficos).

Se pretendemos uma compreensão do(s) acto(s) desviante(s) do sujeito, teremos que aceder à posição que ele ocupa na trama das relações familiares e sociais mais alargadas, de forma a alcançar o modo como ele gere a sua vida, em função das normas que lhe são veiculadas.

Tomando a trajectória do jovem institucionalizado como analisador da desviância juvenil, propomos, como complementar, uma tarefa de desocultação da racionalidade,

---

[33]Os autores adoptam uma postura totalmente indutiva na investigação qualitativa, desenvolvendo as estratégias que permitem gerar, a partir dos dados contextualizados, o que designam por *grounded theory*.
[34]Shaw, nomeadamente, defende o cruzamento dos dados advindos da história de vida narrada pelo autor com dados advindos de fontes externas, como relatórios psicológicos, sociais, médicos, escolares, etc. (Da Agra e Matos, 1996).

subjacente às práticas (educativas, reeducativas), aos discursos, às estratégias, que continuamente o investem no sentido da normatividade.

A aproximação à complexidade dos processos, pelos quais o sujeito se torna desviante, é efectuada numa perspectiva longitudinal retrospectiva, mediante a contextualização dessas dinâmicas, no espaço e no tempo. O processo de reconstituição da história de vida do jovem visa aceder às significações que o próprio atribui aos seus actos e compreender as suas escolhas em relação às normas sociais.

Perspectivamo-nos, deste modo, como actores, a par do jovem, no processo da produção do conhecimento científico, no qual o próprio meio de acesso pelo qual optamos - método da biografia reconstruída - adquire um papel significativo na desconstrução/reconstrução da trajectória desviante do sujeito.

O método da biografia reconstruída[36] é, então, adoptado não só como um instrumento de investigação, mas também como objecto a analisar enquanto potencial produtor de conhecimento, ou seja, como meio de acesso aos processos, lógicas e significações comportamentais da população juvenil qualificada como desviante.

A definição da população a estudar constitui uma questão fundamental no processo de investigação, encontrando-se intimamente associada à temática da pesquisa e aos seus objectivos (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1995).

O que determina o valor da amostra, nos estudos qualitativos, é sua adequação aos objectivos de investigação e não a sua representatividade no sentido estatístico do termo:

---

[35]Instrumento aplicado, pelos autores, no estudo "Trajectórias Desviantes" (1996), realizado no âmbito do Projecto Droga e Crime.

[36]Esta metodologia tem vindo a ser desenvolvida no domínio da intervenção clínica, nomeadamente com sujeitos toxicodependentes em acompanhamento psicoterapêutico, contabilizando-se a sua aplicação, no âmbito da investigação científica, apenas, em dois trabalhos: Da Agra e Matos (1996) e Manita Santos (1998).

"os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar" (Ruquoy, 1997, p.103).

Segundo Ghiglione e Matalon (1978) "o número de sujeitos necessários depende não somente da heterogeneidade das reacções da população face ao problema posto, mas também e sobretudo do método de análise empregue e da utilização que se entende fazer dos dados" (cit. in Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1995, p.96).

A grandeza da amostra não constitui, portanto, uma questão definida *a priori*, resultando de uma decisão no decurso da investigação, através da análise do material que vai sendo recolhido e do destaque de uma certa coerência dos dados, segundo o princípio de saturação da informação (Maroy, 1997). Começaremos, então, pela definição da amostra, a qual passa necessariamente, pela clarificação dos procedimentos desenvolvidos.

2.1 - Condições e Estratégias de Selecção da Amostra

A selecção da amostra baseia-se nos critérios emergentes dos objectivos do estudo, orientados pela importância atribuída à constituição das fases de envolvimento em formas de vida desviantes, procurando uma população que constituísse o "polo visível" dos processos de interacção decorrentes da selecção e estigmatização de condutas problemáticas, por parte das instâncias de reacção formais (e informais).

Assim, a população integrada em Colégios de Acolhimento, Formação e Educação, sob medida judicial de institucionalização (de internamento ou de acolhimento residencial com vista à realização de observação), concentraria um passado de "comportamentos problemáticos" que teriam acabado por despoletar a intervenção da instância normativo-racional judicial.

Procuramos casos cujo motivo da intervenção judicial referida fosse a prática de actos qualificados pela lei penal como crime e/ou de paradelinquência, os quais representam a expressão de uma ruptura com o universo de valores e de regras sociais.

Nesta fase, recorremos ao meio institucional que, pela sua proximidade geográfica do próprio tribunal onde se processaria a consulta de processos tutelares, reuniria as melhores condições de acessibilidade aos sujeitos - Colégio de Sto. António -, onde procedemos ao levantamento, mediante as informações biográficas fornecidas pelo saber técnico da instituição, das situações que se integrassem nos critérios delimitados para a selecção da amostra, pelo que a poderemos considerar o primeiro momento de recolha de dados e de selecção da realidade observada.

A população institucional apesar de, à data da recolha dos dados (1998/1999), ser constituída por jovens de ambos os sexos, o motivo de institucionalização da maior parte da população, e em particular das raparigas, enquadrava-se sobretudo em "parâmetros de risco" (abandono escolar, negligência educativa das figuras parentais, maus tratos,...), tendo sido indicados um total de 16 sujeitos do sexo masculino que corresponderiam aos critérios explicitados.

Dos condicionalismos emergentes, nesta fase, destacamos:

- a exclusão imediata de dois dos casos pelo facto de ter ocorrido recentemente contacto com os mesmos, no âmbito da actividade profissional da investigadora (durante execução de medida tutelar de acompanhamento), situação que, do ponto de vista ético, poderia suscitar questões significativas e, no contexto da interacção, potenciar "distorções" na comunicação devido a prováveis dificuldades na clarificação dos papéis de "investigadora" e de "técnica de reinserção social";

- após a consulta do processo judicial, foram excluídos três casos: dois porque sinalizavam problemas significativos de ordem cognitiva e um que, de acordo com as peças

processuais, apresentava apenas comportamentos qualificados como "de risco", encontrando-se, de acordo com o parecer técnico (no âmbito da realização de diagnóstico/prognóstico) e decisão judicial, a aguardar vaga para internamento em instituição particular de solidariedade social (regime de assistência);

- a inviabilidade de contacto com quatro dos jovens: um deles por motivos de saúde (alvo de internamentos frequentes em estabelecimento hospitalar); outro por ter sido transferido, no entretanto, para o CAEF de Sta. Clara (Vila do Conde) e os restantes dois pelo facto de registarem ausências indevidas (fugas), frequentes e prolongadas, do colégio.

A caracterização da amostra, constituída por dez sujeitos com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos de idade, será desenvolvida posteriormente, atendendo a que a mesma é parte integrante da análise e discussão dos resultados do estudo empírico.

2.2 - Procedimento Metodológico

A nossa abordagem pressupõe que, a partir dos materiais empíricos (dados hetero e autobiográficos), é possível inferir factos relativos a um contexto que os ultrapassa (no caso da entrevista, a interacção estrita entrevistador/entrevistado): "(...) não se trata de tomar por verdadeiros os relatos das pessoas de uma forma sistemática ou cega, mas de tentar um trabalho racional sobre o que pode e o que não pode ser reconstruído como facto" (Dodier, 1985, cit. in Maroy, 1997, p.127).

Partiremos para uma segmentação analítica do procedimento metodológico, de modo a facilitar a clarificação das diversas etapas, salientando, contudo, que se trata de um percurso, em que os diferentes momentos se enriquecem mutuamente por referência à problemática de partida.

(A) Selecção e Análise dos Dados Heterobiográficos

(A.1) Fontes/Documentação

Os *processos tutelares* do Tribunal de Menores do Porto e os *dossiers* do Instituto de Reinserção Social constituíram as fontes de pesquisa, a partir das quais se obteve a documentação que consideramos pertinente para a selecção e agrupamento da informação:

Processos Tutelares - análise da participação/queixa que dá origem ao processo tutelar (nomeadamente, identificação da entidade despoletadora do processo, motivo da participação);

- análise dos pareceres técnicos dos diversos organismos e/ou estruturas intervenientes, das decisões e medidas judiciais aplicadas.

Dossiers - análise dos relatórios/informações psicossociais elaborados para o tribunal (nomeadamente, relatórios ao abrigo dos artº 55º e 56º da OTM).

(A.2) Selecção e Agrupamento da Informação

Os critérios de selecção subjacentes aos agrupamentos a seguir descriminados resultam de uma análise temática dos documentos significativos nos processos judiciais dos jovens:

* *contextos micro e macro-social* – retrato dos contextos micro e macro-sociais, onde se tem vindo a desenrolar a vida do jovem e as ocorrências mais significativas, abarcando as eventuais alterações ocorridas, após a institucionalização do jovem.
* *saúde* – sinalização de eventuais perturbações físicas e/ou psíquicas.
* *percurso escolar* – início, interrupções, habilitações alcançadas, idade e motivos do eventual abandono.
* *percurso formação/colocação laboral* – experiências de formação e/ou ocupação laboral; tipo de actividades, regularidade do exercício.

* *comportamentos desviantes e delinquentes* – existência e evolução de comportamentos desviantes (fugas de casa ou da escola, vadiagem, prostituição, consumo de drogas) e de comportamentos delinquentes (furto, roubo, tráfico de estupefacientes).
* *percurso judicial* – intercepções do jovem com o sistema judicial (tipo de comportamento, tipo de medida judicial).
* *aspirações/motivações*[37] – existência de projectos de realização pessoal a médio/longo prazo.

A sistematização da informação foi organizada de acordo com cada um dos temas referenciados - análise categorial temática -, tendo em conta as respectivas datas da elaboração dos documentos e os períodos de vida do sujeito a que se reportavam[38].

(B) Construção do Biograma

O biograma, construído a partir do material heterobiográfico, pretende ser a expressão dos acontecimentos ao longo da trajectória do sujeito, tendo como objectivo uma reconstrução na interacção desenvolvida com o sujeito.

Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1995) salientam a importância do guia de inquérito na produção das histórias de vida, como quadro de referência ou "recordatória", que "enuncia um certo número de temas e põe questões, deixando ao interessado toda a liberdade para lhes responder, para iludir algumas delas, para se alongar sobre outras, etc." (p.20).

---

[37] Esta temática não foi introduzida a partir da pesquisa documental, mas considerámo-la pertinente na construção do biograma pelo seu potencial valor heurístico.
[38] A cada sujeito foi atribuída uma referência (J1...J10), tendo sido elaborado um instrumento de recolha de identificação individual.

Ora, o biograma parece-nos assumir esta função, para além das vantagens a nível do próprio contexto de interacção que abordaremos quando descrevermos as condições da situação de entrevista.

Através da condensação e visualização gráfica dos dados heterobiográficos, o biograma (cf. Anexo) destaca os níveis de análise pretendidos, até à idade que o sujeito tem no momento da aplicação: a sequência e o tipo de comportamentos problemáticos, o percurso judicial, a evolução da vinculação social nas vertentes familiar, escolar e laboral.

Durante a fase de recolha de dados, nomeadamente após a realização da entrevista com o primeiro sujeito, foi introduzida a "linha" que designámos por "tempos livres", com o objectivo de minimizar o desconforto emocional associado a uma abordagem exclusivamente centrada em temas particularmente sensíveis.

A construção do biograma foi, neste contexto, orientada pela preocupação em traduzir as questões do quadro de pesquisa em indicadores concretos e compreensíveis pelo interlocutor. Na situação de entrevista, estes indicadores foram objecto de descodificação através da grelha elaborada para o contexto de interacção (cf. Anexo), possibilitando a clarificação mútua de certos conceitos (verificou-se, por exemplo, uma indistinção, por parte de todos os sujeitos, entre "furto" e "roubo", sendo por eles englobadas na noção de "roubar", as práticas de apropriação de bens alheios).

(C) Entrevista

Este momento visa a recolha dos dados autobiográficos, focalizada no biograma, mediante um processo de interacção que permita uma reconstrução da trajectória vivencial

do sujeito[39], o qual , com vista à maior fidelidade da sua reprodução e análise, foi sujeito a gravação audio (cassete).

A interacção, decorrendo a partir da centração nas linhas temáticas do biograma, tem por finalidade recolher informações sobre práticas para compreender o seu sentido vivido (e as representações construídas com base nessas práticas). Os elementos concretos da vida do sujeito transcritos no biograma facilitam a apreensão das suas maneiras de pensar sobre certos problemas ou sobre as suas relações.

As entrevistas biográficas assumem, neste contexto, um carácter semi-directivo, orientadas para os níveis do simbólico (valores, representações, emoções) e do concreto particular (história pessoal como organização específica de situações, de projectos, e de actos). A estratégia de abordagem é operacionalizada numa atitude mais directiva para obter informações precisas sobre determinados episódios da vida do jovem, e não directiva, quando se tratava da expressão de acontecimentos vividos ou de elementos afectivos.

Esta modalidade de entrevista, sobretudo centrada nos acontecimentos de vida do sujeito relacionados com os "comportamentos problemáticos", decorre no sentido da abordagem de uma problemática (abandono escolar, prática de furtos, ...) e é reconduzida a certos temas (reacção da família, da escola); o relato é centrado no pormenor das práticas (a complexidade das vivências) e na análise compreensiva, mediante uma atitude de escuta, activa.

A situação de interacção, designadamente no contexto de investigação, exige uma análise enquanto processo de influência, revelando-se necessário clarificar as condições interpessoais e sociais em que foi realizada a recolha de dados.

---

[39]Segundo Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1995) "O objectivo é recolher dados subjectivos, fornecidos por sujeitos interrogados sobre os acontecimentos da sua existência, enquanto actores e relativamente a outros actores, tanto do seu grupo social de pertença, como relativamente aos actores sociais de outros grupos, com os quais estiveram em contacto ao longo da vida" (ibid., p.97).

• *Condições contextuais*

As entrevistas foram realizadas na instituição, a qual disponibilizou um espaço (gabinete) onde seriam salvaguardadas as condições de privacidade, para a realização das entrevistas, relativamente ao meio envolvente.

A instituição manifestou total disponibilidade em colaborar, tendo sido geridos conjuntamente, ao longo do período da investigação, os condicionalismos do próprio meio institucional, designadamente em termos de espaços e horários das actividades dos jovens, de forma a não desestabilizar os dispositivos de segurança institucional e as respectivas (do jovem e da instituição) rotinas de funcionamento.

Assim, quatro das entrevistas realizadas (duas das quais com o primeiro sujeito, com vista a aferir certos procedimentos na aplicação do biograma) decorreram num espaço independente da área residencial dos jovens (edifício destinado aos sectores técnico e administrativo do colégio), enquanto que as últimas duas ocorreram num gabinete inserido na unidade residencial (gabinete técnico de atendimento na unidade residencial).

Não se verificaram diferenças significativas relativamente a estes dois espaços, parecendo-nos, no entanto, que o "efeito instituição" subsistiu às estratégias de aproximação realizadas durante a interacção, pelo que deverá ser tomado em consideração nas investigações, nomeadamente nas de carácter biográfico.

A recolha dos relatos de vida, centrada no biograma, foi efectuada numa única entrevista (à excepção referida do primeiro caso), com uma duração média de 90 minutos.

•*Estratégias de abordagem*

Adoptamos, no momento inicial do contacto, uma introdução uniformizada na apresentação e na clarificação dos objectivos do estudo, de forma a evitar enviezamentos na comparação e referenciação dos relatos.

A apresentação incidiu no nosso papel de "estudante"[40] a realizar um estudo sobre jovens "que, por ordem do tribunal, se encontravam em colégios", prosseguindo para o "como" ("através da consulta do processo no tribunal") e para o "porquê" ("para saber, para além do que está dito no processo, o que pensam sobre as suas vidas e comportamentos que os trouxeram para aqui")[41]. Mediante o consentimento do jovem, designadamente em relação à utilização do gravador, foram asseguradas a preservação do seu anonimato, aquando da apresentação do estudo, bem como a confidencialidade das informações recolhidas.

Apresentados os biogramas e a grelha de codificação, procedeu-se a uma observação conjunta com vista a um primeiro contacto dos jovens com o material, procurando, de uma forma genérica, explicitar o seu conteúdo, numa conversa de carácter mais ou menos informal.

A transição para a fase de centração, propriamente dita, do sujeito no "seu" biograma, é efectuada de acordo com a presença de sinais de uma motivação mínima de adesão à tarefa, solicitando-lhe o relato da história de vida, segundo os "temas", os "acontecimentos marcantes" e as respectivas implicações nas outras esferas da sua vida.

No decurso da interacção recorremos a intervenções de carácter incitativo que remetiam para o sujeito a apropriação da condução do relato e o poder de iniciativa na reconstrução da sua trajectória de vida, ao solicitar que completasse os elementos em falta e que procedesse às correcções necessárias.

A expressão das práticas e das vivências subjectivas é facilitada, por sua vez, através de questões estratégicas no sentido de induzir o jovem a esclarecer diferenças relativamente

---

[40]Não foi ocultado o tipo de actividade profissional desenvolvido, mas esclarecido o nosso distanciamento relativamente a qualquer tipo de decisão judicial ou institucional que viesse a ser (ou tenha sido) tomada em relação ao sujeito em questão.

a idades anteriores e estabelecer comparação entre as diferentes idades, tendo em conta o que se altera (elementos mais objectivos), visto que o objectivo é a captação das lógicas de significação comportamentais e vivenciais.

O processo de interacção progride no sentido da apreensão das representações do jovem, sugerindo-lhe que estabeleça, a partir do biograma, as fases mais significativas da sua vida (por exemplo, nos contextos familiar, escolar, comportamentos, se percepciona diferenças entre os 6 anos e os 10 anos de idade) e se pronuncie sobre a forma como as vivenciou (sinalizar fases/períodos que mais/menos gosta), bem como sobre o significado dessas "clivagens"; a ênfase é colocada nas fronteiras de transição de uma para a outra, explorando em que é que o sujeito se baseia para distinguir o fim e o início das diferentes fases.

A confrontação com o biograma compreende, assim, as estratégias inerentes a uma interacção que privilegia o "outro" como actor, através da reconstrução da sua história de vida, respeitando o impacto que a abordagem de certas questões pode suscitar e a ordem de exposição do seu pensamento.

Com base no relato dos sujeitos, os biogramas são completados e/ou corrigidos (reconstruídos), constituindo-se, a partir da sua análise, como um meio para assinalar os momentos onde se produzem os "ruídos", ou seja, identificar as *situações problema*, a nível dos processos de codificação/descodificação da interacção do jovem com o meio envolvente.

---

[41] A explicitação dos motivos e dos objectivos assume, portanto, um carácter parcial, com vista a facilitar a compreensão e a abertura dos jovens durante o processo de interacção.

2.3 - Análise Qualitativa

"O procedimento da análise qualitativa reveste largamente a forma de uma espiral: o mesmo material pode ser trabalhado várias vezes durante a análise e as fases podem suceder-se várias vezes" (Maroy, 1997, p.125).

A exposição "sectorizada" do procedimento metodológico decorre da necessidade de clarificar as diferentes opções fundamentadas num quadro teórico e epistemológico determinado, sendo, no entanto, de reafirmar a interpenetração dos diferentes momentos (de recolha e de análise dos dados) no tempo.

Este momento visa, contudo, a clarificação dos processos de análise e de interpretação do material empírico adoptados, os quais, não obstante a diversidade de procedimentos qualitativos existentes, foram estabelecidos a partir das etapas comuns apontadas por vários autores (Poirier, Clapier-Valladon, Raybaut, 1995; Bardin, 1995; Digneffe, 1997; Maroy, 1997).

O material autobiográfico foi transcrito na íntegra, com vista a uma análise focalizada na problemática escolhida e seguiu, de certa forma, as regras e as questões que presidiram à sua constituição (tal como em relação ao material heterobiográfico).

O esquema geral de análise do material empírico, de carácter indutivo, organiza-se de acordo com as regras estabelecidas (a partir de categorias mutuamente exclusivas, homogéneas, pertinentes, objectivas e fiáveis, produtivas, exaustivas), tematica e cronologicamente, e segundo um procedimento que contempla três fases: pré-análise do material, exploração do material e, por último, tratamento dos dados, inferência e interpretação (Bardin, 1995).

A análise categorial temática constitui uma das técnicas da análise de conteúdo, sendo esta definida como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens,

indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (idem, p.42).

Este procedimento, como qualquer método, inscreve-se na grelha teórica e nas problematizações orientadoras do trabalho, já explicitadas, pelo que após a tarefa de "descoberta" do material (de acordo com a grelha de análise construída em função da problemática, não descurando, contudo, o seu posterior enriquecimento com o próprio material), procedeu-se a uma comparação sistemática da informação, com vista a, finalmente, validar as interpretações forjadas no decurso da análise (Maroy, 1997).

Segundo Bertaux (1980), "o procedimento que se vai estabelecendo progressivamente assemelha-se mais ao dos antropólogos de terreno do que ao dos sociólogos que utilizam inquéritos por questionário. A análise prossegue ao longo da investigação e consiste na construção progressiva de uma *representação* do objecto sociológico" (cit. in Digneffe, 1997, p.223).

Numa primeira etapa, a análise incidiu na leitura dos biogramas, a qual possibilitou a apreensão das características gerais da amostra, bem como a emergência de certas interpretações, através do estabelecimento de relações entre elementos factuais dos percursos de vida dos sujeitos, considerando os respectivos contextos.

Os biogramas, resultando da transposição e organização dos elementos heterobiográficos, permitem visualizar e articular, numa perspectiva longitudinal, os acontecimentos mais significativos da vida dos sujeitos nos vários contextos (familiar, escolar, social, judicial), o que constitui um nível de análise factual que possibilita a detecção, quer de *invariantes*, quer de *variantes* individuais.

A análise é progressivamente desenvolvida, a partir da trajectória do jovem, visando a operacionalização de dois eixos: o primeiro, compreende as formas como o jovem se reestrutura enquanto actor social, isto é, as suas posições na interacção com os processos

normativos de socialização - *posições transgressivas (ou normativas?)*; o segundo, dá conta da reacção das instâncias sociais normativas, a sua estruturação em torno do objecto (jovem desviante), a forma como (inter)comunicam e produzem a desviância - *posições normalizadoras*.

A questão remete, assim, para a análise da interacção entre os diferentes actores intervenientes, em termos das suas posições de poder na avaliação e explicação, no quadro dos acontecimentos transgressivos, com base na hipótese de que o processo de criação da desviância é interactivo: até que ponto o sujeito contribui para a normatividade social? em que medida os protagonistas do controlo social produzem desviância?

2.3.1 - Posições Transgressivas

Os dados autobiográficos, recolhidos no contexto da entrevista, são alvo de uma análise que, num primeiro momento, os segmenta em elementos factuais/objectivos (os quais convergem, no biograma, com os dados heterobiográficos) e em elementos vivenciais/subjectivos; num segundo momento, através da articulação/integração destes elementos, procuramos captar os significados que os jovens atribuem aos diversos acontecimentos, nos respectivos contextos espacio-temporais, bem como as formas que, do seu ponto de vista, contribuíram para o seu desenrolar.

A progressiva construção de uma grelha de codificação permitiu uma comparação sistemática do material (auto e heterobiográfico), simultaneamente, intra e inter-individual, mediante a necessária redução, organização e interpretação da informação para cada caso e a sua subsequente aproximação e confrontação por referência ao quadro de inteligibilidade teórica definido.

Estes exercícios de comparação permitiram o desenvolvimento e a explicitação da evolução da interacção entre as diferentes variáveis, segundo a integração das dimensões estrutural e processual; o destaque de invariantes/variantes, aos níveis da sua emergência e sucessão de transformações no tempo, possibilitará algumas hipóteses interpretativas.

2.3.2 - Posições Normalizadoras

Na cadeia de acontecimentos que conduz à intervenção judicial e subsequente medida de institucionalização, consideramos como primeira instância a entidade ou figura a quem cabe a iniciativa processual, prosseguindo para a análise dos momentos de intersecção das restantes instâncias ao longo da trajectória de vida de cada um dos sujeitos

O acto de participação, directo e/ou indirecto (designadamente via entidade policial), é codificado de acordo com o tipo de situação e/ou comportamento problemático em causa, constituindo-se como o ponto de partida para a análise das práticas e dos discursos reactivos, com base na construção de uma grelha constituída por três sub-categorias:

- *quem fala* (autoridade policial, família, escola, serviços de acção social ou de reinserção social, instituições particulares de solidariedade social, tribunal);

- *de quê e como falam* ("dificuldades de adaptação do menor", "desorganização familiar", "negligência educativa" revelam-se indicadores dos discursos que legitimam a intervenção);

- *como actuam* (práticas e estratégias de intervenção desenvolvidas).

Os significados atribuídos pelos diferentes intervenientes são contextualizados nas trajectórias "familiar", "escolar", "desviante" e "judicial" do jovem, analisando a continuidade e/ou a descontinuidade, por um lado, entre os diversos discursos e práticas

envolvidos e, por outro lado, entre a acção destes e os comportamentos/situações problemáticos que pretendem transformar.

IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É chegado o momento da reconstrução do objecto segundo o recorte que delineamos e os procedimentos metodológicos adoptados, perspectivando-o, não apenas como "a última fase" do trabalho teorico-empírico desenvolvido, mas como o ponto de partida para reflectir sobre os processos e gerar contributos que (re)situem o objecto numa interrogação mais ampla sobre a realidade social.

A inteligibilidade do campo empírico passa pela sistematização dos dados recolhidos de acordo com a matriz teórica que considera os sujeitos observados como actores sociais, a qual não constitui uma tradução da realidade, mas um instrumento de investigação que opera uma reconstrução daquela, no nível de análise em que nos posicionamos - psicossocial.

Salientamos, uma vez mais, que a segmentação analítica do campo de observação resulta das normas inerentes ao processo de reconstrução do saber científico, destacando as exigências da articulação entre as duas unidades de análise (sujeito e instâncias), já visível ao longo das abordagens das posições, quer transgressivas, quer normalizadoras.

Considerando que os biogramas permitem, para além da sua função ao nível da recolha de dados (hetero e autobiográficos), uma visualização das regularidades/descontinuidades nas trajectórias dos sujeitos, a caracterização da amostra resulta, em larga medida, da análise comparativa entre os diferentes biogramas.

Este instrumento metodológico revela, ainda, potencialidades heurísticas, materializadas na identificação de factores de ordem estrutural e na sua integração numa sucessão temporal que lhes concede inteligibilidade interpretativa, permitindo a emergência de configurações de trajectórias desviantes juvenis.

O exercício da constituição de grupos a partir da expressão diferencial dos comportamentos desviantes não pretende, nem permite, estabelecer tipologias, dado que a unidade de análise se encontra a ser observada no decurso do primeiro ciclo do que poderá, ou não, vir a evoluir para uma determinada trajectória desviante como as definidas por Da Agra e Matos (1996).

A inserção temporal dos diferentes comportamentos/acontecimentos problemáticos individuais permite sim, através do relato dos jovens, definir trajectórias familiares, escolares, sociais e apreender o significado da existência do conjunto das rupturas nos seus quotidianos.

A sua articulação com os elementos heterobiográficos respeitantes ao tipo, qualidade e frequência da intervenção das instâncias normativas de reacção social, possibilita, por sua vez, captar o sentido da acção destas.

1 - Análise dos Biogramas: da caracterização da amostra à descoberta de invariantes/variantes psicossociais

O instrumento biográfico - biograma - foi construído (dados heterobiográficos) relativamente a um total de dez jovens: sete reuniam, à partida, condições de acesso no contexto institucional, tendo-se optado por englobar mais três casos[42], com vista a enriquecer o volume do material empírico ao nível da análise de elementos de ordem factual/objectiva.

---

[42]O jovem que, no entretanto, havia sido transferido para outro CAEF e os dois "em fuga" da instituição, considerando as suas particularidades.

A amostra é, então, constituída por dez jovens, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos de idade.

Geograficamente a sua origem radica fundamentalmente na área do Grande Porto (oito dos jovens), à excepção de dois casos oriundos de zonas de características semi-urbanas ou rurais.

A maioria dos jovens cumpria medida de internamento (seis casos) e os restantes aguardavam a realização de diagnóstico/prognóstico (dois casos) ou a decisão do tribunal (dois casos, cujos parecer técnico e do conselho pedagógico apontavam no sentido da aplicação de medida de internamento em CAEF).

A partir da análise dos biogramas foram detectadas invariantes e variantes individuais que representam, respectivamente, as características genéricas e os aspectos diferenciais de ordem psicossocial, considerando a emergência e evolução temporal dos comportamentos problemáticos.

1.1 - Invariantes

A *origem social* dos elementos que constituem a retaguarda familiar dos jovens situa-se essencialmente no operariado e em trabalho não qualificado ou indiferenciado[43]: no caso dos elementos masculinos, dois desenvolvem uma actividade laboral, assumindo, apenas num dos casos, um cariz regular (actividade piscatória); relativamente às figuras maternas, contam-se seis casos que mantêm uma actividade profissional, três das quais com um carácter estruturado e regular.

---

[43] À excepção de um caso em que os pais desenvolviam, como "caseiros" agrícolas, agricultura de subsistência.

O *nível socio-económico* dos agregados familiares é baixo ou médio baixo (quatro vivenciam precárias condições habitacionais), sendo a maioria (sete) proveniente de agregados familiares numerosos[44].

O percurso de vida dos jovens apresenta, na generalidade, os designados factores de risco contextuais, individuais e interpessoais identificados nos estudos de natureza etiológico-explicativa (Hawkins et al., 1992, cit. in Brochu, Brunelle e Cousineau, 1997).

As *trajectórias familiares* dos sujeitos registam rupturas/alterações estruturais associadas, isolada ou cumulativamente, à separação dos pais - 6 casos -, colocação em instituição particular de solidariedade social (IPSS) - 4 casos - e acolhimento familiar por elementos da família alargada - 3 casos.

A presença efectiva de duas figuras parentais, ao longo do processo de crescimento dos jovens, verifica-se, apenas, em quatro casos (num dos quais havia ocorrido recentemente o falecimento da progenitora), sendo a dinâmica familiar caracterizada como instável, devido a comportamentos disfuncionais de uma ou de ambas as figuras (comportamentos de abuso de álcool, problemas do foro psiquiátrico).

Nos casos que registam a presença/proximidade de um progenitor, este detém um papel secundário, ou mesmo irrelevante, no processo educativo do jovem, sendo as instituições (4 casos) e/ou a família alargada (2 casos) que assumem, em idade precoce, o papel de suporte sócio-afectivo dos menores, persistindo indicadores de instabilidade ao nível da dinâmica familiar (abuso de álcool, toxicodependência).

A totalidade dos sujeitos revela um *percurso escolar* irregular, traduzido pelo insucesso escolar (reprovações mais ou menos sistemáticas) e associado, cumulativa ou isoladamente, a comportamentos de absentismo, ou mesmo de abandono, e de indisciplina.

---

[44] Consideramos, com cinco ou mais elementos, um "agregado familiar numeroso".

Os objectivos das disposições normativas da escolaridade obrigatória não foram atingidos por qualquer dos jovens, destacando-se, apenas, um caso que se encontrava, com 16 anos de idade, a frequentar, a nível do 8º ano de escolaridade, um curso de aprendizagem profissional; a maioria encontrava-se a nível do 2º ciclo do ensino básico e dois casos (um de 17 e outro de 14 anos de idade), a nível do 1º ciclo.

A transição para o 2º ciclo revela-se, na amostra, como particularmente problemática, não obstante seis casos tivessem apresentado, ainda no 1º ciclo, dificuldades de adaptação às normas e/ou expectativas do contexto escolar.

O *relacionamento interpessoal* dos jovens assume uma particular expressividade agressiva nos diferentes meios de socialização, em particular no contexto escolar (metade da amostra).

A primeira *experiência laboral*, no conjunto da amostra, ocorre em três casos, aos 13 (n=1) e 14 anos (n=2), com um carácter não diferenciado e pontual (durante cerca de dois meses), surgindo associada ao abandono escolar e/ou como forma de subsistência pessoal ou familiar.

O *grupo de pares* aparece como um meio de socialização significativo, encontrando-se, também ele, presente na maioria das primeiras manifestações transgressivas (7 casos).

1.2 - Variantes

Considerando a diversidade presente nos motivos da intervenção tutelar e nos comportamentos de consumo de drogas (7 casos) estas duas dimensões de análise serão consideradas como variantes.

A totalidade da amostra revela condutas de reacção às normas da cultura dominante, nos contextos familiar, escolar e/ou social, verificando-se, contudo, na história dos jovens,

uma variabilidade, qualitativa e quantitativa, ao nível da expressão de comportamentos problemáticos.

A intervenção judicial na trajectória de vida dos sujeitos verifica-se em idade precoce (desde os primeiros meses de vida até aos 5/6 anos de idade), por motivos relacionados com situações de *negligência/abandono educativos* e/ou na pré-adolescência e adolescência (após os 11/12 anos), na sequência de situações de *paradelinquência* (comportamentos agressivos - verbais e físicos - nos contextos escolar e/ou familiar, fugas da escola/de casa e/ou da IPSS, vadiagem, mendicidade, consumo de drogas leves) e/ou de *pré-delinquência* (furto, roubo, agressão, posse/tráfico de estupefacientes).

A emergência de comportamentos qualificados, pela lei penal, como crime, na sua maioria tipificados como *contra a propriedade* (furto e roubo), e que chegou ao conhecimento da entidade judicial, ocorre entre os 8 e os 13 anos de idade, surgindo, apenas, um caso em que o acto, assim qualificado, se regista aos 14 anos, mas sob a forma de *posse/tráfico de estupefacientes*.

O consumo de drogas, apesar de constituir um aspecto genérico da amostra, assume diferentes configurações segundo o tipo de drogas e o padrão de consumo dos sujeitos: sete registam experiências ou *consumo de drogas leves* (*haxixe*), entre os 11 e os 14 anos de idade, detectando-se apenas em dois casos (consumidores habituais de haxixe), o *consumo de drogas duras* (*cocaína*), por volta dos 14/15 anos de idade.

A observação das variantes do conjunto da amostra permite-nos identificar, de acordo com a inserção temporal do tipo de comportamentos problemáticos, três grupos:

- Grupo I - os jovens que registam comportamentos de paradelinquência e de pré-delinquência, não existindo referências ao consumo de qualquer tipo de drogas (J2, J6, J9);

• Grupo II - os que apresentam experiência/consumo de drogas leves e/ou outro tipo de substâncias psicoactivas (*haxixe*, inalação de cola, abuso de álcool), concomitantes com práticas paradelinquentes e/ou pré-delinquentes persistentes (J3, J5, J7, J8, J10);

• Grupo III - os que manifestam um padrão de consumo de drogas leves (*haxixe*) e duras (*cocaína*), a par de uma variabilidade da frequência dos comportamentos paradelinquentes e pré-delinquentes relativamente ao consumo de drogas duras (J1, J4).

Constatamos, então, que, não obstante a constelação estrutural comum (invariantes), existe uma diferenciação ao nível da expressão comportamental qualificada como transgressiva, a qual só poderá ser explicada e compreendida através da sua contextualização nas histórias de vida dos sujeitos.

Estes agrupamentos não pretendem, contudo, estabelecer tipologias de trajectórias desviantes, considerando que a abordagem transversal de uma população juvenil (a maioria dos sujeitos da amostra encontra-se no início da adolescência) apenas se enquadra numa investigação de cariz exploratório que privilegia a análise dos espaços-charneira entre as estruturas e os indivíduos, proporcionada pela integração dos dados autobiográficos (elementos subjectivos/vivenciais).

2 - Posições Transgressivas: Vivências Juvenis da Sociabilidade

A utilização do método biográfico contemplou cinco dos sujeitos da amostra[45], com idades de 13 anos (J5), 15 anos (J1, J3, J4) e 17 anos (J2).

---

[45]Recordamos que a distribuição destes jovens, de acordo com os grupos identificados, é a seguinte: J2 - *Grupo I*; J3 e J5 - *Grupo II*; J1 e J4 - *Grupo III*.

A partir da análise comparativa e integrada dos elementos estruturais e subjectivos relativos aos sujeitos, foi possível a identificação das suas *posições* em termos da significação da intersecção das situações/comportamentos problemáticos nos seus trajectos de vida, bem como das suas relações nos contextos familiar, escolar e grupo de pares.

A interacção entre os diferentes comportamentos/acontecimentos problemáticos e a intervenção das instâncias de controlo social, apenas poderá ser compreendida através da sua integração na história de vida dos sujeitos; o relato dos jovens (centrado nos temas do biograma) constitui o meio de acesso ao significado da existência do conjunto das rupturas nos seus quotidianos.

2.1 - Contextos de Socialização e Desviância

As rupturas ou alterações estruturais, vivenciadas nos diferentes contextos de vida, adquirem particular significado, para os jovens, na explicação da emergência de actos ou situações produtos/produtoras da(s) sua(s) trajectória(s) desviante(s), nomeadamente no que diz respeito à sua colocação em estruturas alternativas à família nuclear de origem.

A instabilidade, aos níveis da estrutura e da dinâmica familiares, e as subsequentes alternativas familiar e/ou institucional surgem associadas às dificuldades decorrentes dos precários recursos económicos e sociais disponíveis para assegurar o seu processo educativo.

> ... O meu pai foi preso...eu e a minha mãe...depois...'tava a trabalhar em trolha, a polícia apanhou-me...trouxe-me aqui 'pro colégio...a minha mãe foi 'pro hospital...fazer um tratamento...
> P* - ..Qual era o problema da tua mãe?
> R - (...) acho que ela bebia e não sei quê... (J2)

---

*Algumas das nossas intervenções/incitamentos (decorrentes da estimulação do discurso dos jovens), serão também transcritas nestes excertos, com vista a contextualizar o discurso dos sujeitos.

A minha mãe não tinha possibilidades de me criar lá em casa, já tinha o meu irmão...!(J4)

... que a minha mãe não tinha...dinheiro para me sustentar, depois que me foi entregar à minha avó...depois a minha mãe foi-me...a minha tia, não é?...esteve a tomar conta de mim e depois ela chegou a um certo momento...a uma certa idade...foi-me lá outra vez levar...e depois aí, nunca mais fui com ela.(J1)

A presença de práticas educativas com o recurso à violência (punição física) ou à "exclusão" (internamento em IPSS ou em CAEF, conforme a idade do jovem no momento) como formas de gestão dos comportamentos problemáticos, aos níveis familiar, escolar e/ou social, é vivenciada pelos jovens como um vector "natural" de instabilidade (afastamento/aproximação) no seu percurso de vida.

Os conflitos familiares são contextualizados pelo próprio como decorrentes da sua oposição em relação a normas/expectativas convencionais, explicando as suas "soluções" transgressivas como formas de evasão da heterodeterminação dos constrangimentos familiares.

P - (...) E tu depois, quando andavas por lá...por exemplo, tu e o teu irmão iam sempre dormir a casa?...ou havia dias que vocês não iam dormir a casa...como é que era?

R - Às vezes íamos dormir ... a casa de uma colega.../?/ amiga do meu pai.

P - E porque é que vocês iam dormir lá e não iam dormir a casa?

R - *(ri)* Tínhamos medo que o meu pai nos batesse!...

P - Porquê? Por já ser tarde ... ?

R - Porque tinha fugido e de andar a roubar!(J2)

P - Mm, mm. Pois, e na altura o que é que a tua mãe[46] achou?...perante isso...tu fugias à escola...como é que era lá em casa ... falaram contigo?

R - Não me lembro...

P - Não tens ideia... mas lembras-te de ter ido para a Casa do Gaiato...

R - Lembro. Era....Ouço dizer também que fugia ..., depois a s'tora tinha que ir ao trabalho da minha mãe, avisá-la... e a minha mãe tinha que me ir procurar! (J1)

O reforço do início precoce de uma actividade laboral como forma de contributo para a subsistência individual/familiar ou como forma reguladora das condutas transgressivas juvenis, aparece como uma realidade comum em algumas das estruturas familiares e, portanto, em conflito com o modelo de socialização da cultura dominante veiculado pelas disposições normativas da escolaridade obrigatória e da idade/habilitações mínimas para a prestação de trabalho.

A valorização da esfera laboral em idade precoce aparece (J2 e J3) como uma partilha de valores convencionais de um espaço sócio-cultural contemporâneo da geração juvenil dos progenitores, no qual o início de uma actividade laboral representa um meio de autonomização e de sobrevivência e não uma via de promoção social.

Para os jovens, o trabalho pode assumir um papel significativo no desenvolvimento da "maturidade" e da "responsabilidade social", encontrando-se as experiências laborais já desenvolvidas ou as escassas expectativas em relação ao futuro (quando existentes), centralizadas no "trabalho".

As expectativas orientadas para o desenvolvimento de uma actividade laboral minimamente compatível com o baixo nível de escolaridade e exequível na realidade do meio sócio-cultural de origem (meio de características semi-urbanas), poderão funcionar, como no caso de J2, como um vector organizador do tempo em devir.

---

[46]No caso de J1 adoptamos, durante a entrevista, tal como o jovem, a designação de "mãe" quando nos referíamos à tia paterna, figura familiar que se constitui como tal, no referencial sócio-afectivo de J1.

P - ...E os teus irmãos.. e tu ...andavam por lá...

R - Iamos p'a escola..e às vezes trabalhávamos...

P - Lembraste da idade que tinhas quando foste pela primeira vez trabalhar?

R - Primeira vez? P'raí 13..não!...tinha p'raí 15!

P - E em que é que trabalhaste?

R - Trolha.

(...)

P - ...O que é que gostavas de fazer depois dos 18 anos?

R - De trabalhar.

P - Em quê?

R - Bombeiro.

P - Há muito tempo...ou só agora é que te lembraste?

R - Há muito tempo.

(...)

P - E se não puderes ser bombeiro, o que é que gostavas de fazer?

R - Trolha.(J2)

A posição de J3 traduz, por seu lado, expectativas de desempenho e de investimento laboral tendencialmente ambivalentes orientadas, por um lado, pela adesão a uma imagem social determinada por um estilo de vida convencional e, por outro lado, pela rejeição do desenvolvimento de condições pessoais que reúnam maiores probabilidades de acesso ao que perspectiva como "futuro".

P - ...E quais são as tuas ideias para o futuro, (...) ? O que é que tu pensas fazer?

R - Fazer? Trabalhar!

P - Em quê?

R - Qualquer coisa! Um trabalho que seja bom 'pra mim, ... seguro! /?/ Um trabalho!...O que eu queria ser, era mecânico!

P - Para se ser mecânico é preciso fazer o 6º, para ir para um curso de formação e depois são mais três anos de curso para se ser mecânico...dá-te equivalência ao 9º...

R - É muito, p'ra mim!/?/ Porque eu não quero andar na escola, quero ir trabalhar!

(...)

P - Tu gostavas de ter um emprego seguro...

R - Nã!...um emprego que gostasse! Há muitos empregos que não dá! Muitas pessoas vão trabalhar...e...é muito duro, 'pra mim! Eu é que 'tou aqui dentro, senão já tinha ido trabalhar com 15 anos!! (J3)

As exigências da realidade social (movida pela competividade, pela especialização profissional e pela qualificação académica), limitando as oportunidades de acesso a vias legítimas de desenvolvimento pessoal e social desta população juvenil, parecem acentuar o distanciamento que a mesma vivencia em relação à escolaridade.

Os sentimentos positivos em relação à vivência da escola, quando emergem, aparecem mais associados ao bem estar experienciado na interacção com o grupo de pares do que a uma correspondência ao objectivo pedagógico da frequência escolar.

P - E como é que foi a escola, desde início? Que recordações é que tens?... Gostavas da escola?

R - (anui) ... Gostava.

P - O que é que se fazia lá que tu gostavas?

R - Jogar futebol...

(...)

P - O que é que gostavas?... Achas que aprendias bem?...

R - Mais ou menos...

P - E achavas que a professora ensinava bem?

R - Achava.(J2)

Os percursos escolares, caracterizados pelo absentismo e insucesso escolares, representam as diferentes posições ocupadas pelos jovens e pelos agentes educativos relativamente ao significado atribuído à relação pedagógica, onde a expressão de comportamentos problemáticos, associada à falta de motivação, varia entre o abandono (passivo) e a revolta física ou simbólica (activa) em relação ao contexto escolar.

P - Tu lembras-te quando entraste para a escola, quando tinhas 6 anos?

R - Não...

P - ...Não tens grande recordação...

R - ...Mas pirava-me da escola e assim! (J1)

P - Entraste para a escola com 6/7 anos...Que é que te lembras da escola...quando foste para a escola...

R - Quando entrei..., comecei a gostar. Depois...já não queria estudar mais.

P - Quando é que te recordas que já não querias estudar mais?

R - P'aí no 5º!...Comecei a fugir às aulas...!

P - E durante a primária, nunca fugiste à escola?

R - (anui) Houve uma semana que não pus lá os pés!

P - Na primária?

R - (anui) (...) uma coisa e eu virei-me à 'stora.(J4)

P - Tu davas-te bem, na primária, com as professoras e com as empregadas?

R - Dava! Só não me dava é com uma, a (...)! Com cada *croque* que ela me dava...! Eu ficava...! Puxava-me aqui *(exemplifica)* o cabelo, t'ámem...! Eu era pequenino nessa altura, não fazia nada! Eu ia fumar para fora da escola, ela sentia o cheiro...*pumba*!

P - E o que é que aconteceu, na (Escola EB 2.3)?

R - Deu-me na cabeça, olhe! Foi assim,...no primeiro dia que eu fui 'pra lá, as empregadas pensavam que eu era algum *betinho*! E eu deixei 'tar! No segundo, t'ámem, no terceiro t'ámem, ao quarto t'ámem, ao quinto...olhe! Não aguentei mais, explodi! Parti aquilo tudo! Comecei a fazer asneiras ... e comecei a dar porrada! E quem aparecia à frente levava! (...) (J5)

As fugas de casa, da escola e/ou da instituição, a par da integração em grupos conotados socialmente como marginais, contribuem para o desgaste do relacionamento interpessoal e da comunicação nos meios de socialização normativos e, subsequentemente para a emergência de comportamentos de rejeição passiva ou activa em relação aos mesmos.

Estes comportamentos emergem nos diferentes contextos e remetem para atribuições sobretudo centralizadas no meio externo, onde a avaliação crítica se processa pelo recurso a racionalizações ancoradas em explicações/valores convencionais.

P - Com o teu pai não ficas muito ...

R - Não, ele vem sempre para a rua! (J1)

P - Em que aspecto é que tu achas que devia haver mais liberdade?

R - Por exemplo, assim agora de tarde...nós estamos lá em baixo a ver televisão...podiam ganhar confiança em nós, não é?...se houvesse isso, acho que quase ninguém fugia!...e dar uma horinha ou duas para uma pessoa ir sozinho até lá fora, passear...e marcarem uma hora...é das seis e tendes que entrar àquelas, e uma pessoa aí já não...(...) e podiam dar mais liberdade! Podiam, só que não dão.

(...)

P - E tu há bocado, quando falavas que dependia do colégio (CAEF) para as coisas serem diferentes...achas que só depende do colégio?

R - É.

P - E de ti?

R - Sei lá...também...de nós também! Mas se eles ganhasse confiança em nós ... e deixassem sair e uma pessoa cumprir...aí já era... (J1)

Lá (IPSS) passava-se bem, só que das últimas vezes é que...fugia e assim. /?/ Lá trabalhava-se, de manhã ia-se à escola, de tarde trabalhava-se... Corria-se bem o tempo!

P - E aquilo...a disciplina lá era muito rígida, eles eram muito duros?

R - ...Eram, claro! Batiam e isso.

P - Mas tu disseste que lá se estava bem....

R - Estava.

P - Mas gostavas de lá estar?

R - Gostava. O mal de lá era que batiam!(J1)

P - Sempre gostaste dos professores, na (EB 2.3)?

R - (anui)...Só menos um é que não gostei! Deu-me um estalo! /?/ Porque eu 'tava na aula de Física (Educação Física) e tinha uns anéis de uma amiga minha...ela disse

"guarda" e ele veio-me tirar a mim! E eu "não dou, eu dou é ela!" e ele *"prás"*, deu-me um estalo! E eu pirei-me e fui ao conselho (Conselho Directivo), fazer queixa...não podem bater! (J3)

O recurso a explicações/críticas baseadas nos valores da cultura convencional mostra como os jovens são capazes de captar e utilizar as atitudes ambivalentes destas figuras ou contextos normativos na racionalização dos seus comportamentos desviantes; observamos, então, algumas das formas como a acção normativa pode contribuir para o desenvolvimento de sentimentos de "injustiça" e de posições desviantes.

P - Lembras-te da escola, lá na (IPSS) ?

R - Lembro ... Ia para a escola e a 'stora mandava-me fazer as coisas e eu não fazia...deitava-me a dormir...e ela passava-me de classe.

(...)

P - E durante este período que tens estado aqui...tens ido à escola?

R - Tenho....Só que às vezes...às vezes teimo com a s'tora e pergunto-lhe se vou passar...ela não me liga!...e eu, olhe!...já sei que não vou passar...olhe, venho cá p'ra fora!...às vezes...

P - Mm, mm. Durante este ano lectivo, quantas faltas achas que tiveste?

R - ...Tive algumas no 1° período e todas no 2°!

P - E achas que ela está a ser injusta contigo, se não te passar de ano?

R - Acho!...Porque já houve aí gente que entrou no 3° período e passaram!(J1)

(..) Direitinho! Até parecia um *betinho*!

P- Mas já tinhas ameaçado alguém antes ou ...?

R - Não! As empregadas (da escola EB 2.3) é que são deficientes! Lá aos berros! (J5)

(...) Aqui dentro ainda é pior! Lá fora sei que vou 'pra escola e ainda vou 'pra casa!...estou sempre com os meus pais!...Aqui dentro, já não! Só estou ao fim de semana, *pois*! Por isso é que muitos fogem daqui! Saturam-se, cá dentro!...Se uma pessoa tivesse liberdade aqui dentro...! agora, não temos! (J3)

O quotidiano dos adultos, voltado para o investimento numa actividade laboral ou para a interacção social em espaços normativos ou tolerados socialmente (clubes, cafés, tabernas), limita o espaço de trocas afectivas familiares, proporcionando, aos jovens, a autonomia para a procura de afirmação identitária no exterior.

...Também estava com a minha família!...Eu muitas vezes ia para a beira da minha prima, para não ficar sozinho.

P - Isso com que idade, mais ou menos?

R - Vinha da escola...tinha p'raí 9 anos. Eu às vezes ia buscá-la à escola e ia 'pra casa dela. /?/ Gostava de estar à beira dela... Não tinha nada 'pra fazer!(J3)

P - Houve alguém, em casa de quem estiveste, depois de saíres de casa da tua tia, não houve?

R - (anui).

P - Já conhecias essa pessoa de há muito tempo?

R - Já ... conhecia-o de vista! E ..de alguns colegas meus, de os conhecer. (J4)

A progressiva integração em formas de sociabilidade estigmatizadas, e objecto de exclusão social, representa a experimentação de um estilo próprio de individualidade, processo em que o grupo de pares assume um papel organizador e adaptativo.

P - ....tinhas muitos amigos, lá?

R - Tinha. Na altura tinha (antes de institucionalização no CAEF).

P - E eles...andavam na escola como tu...eram mais velhos...mais novos...

R - Eram....eram da minha idade.(J1)

(...) Era! E havia alturas que ... prontos! Deixava de ir e depois ia p'ra escola (primária) ... e falava no recreio com os meus colegas da minha sala e eles diziam "anda p'ra sala" e eu "não vou nada, 'tou com vergonha, fogo!" e eles pegavam em mim à força e levavam-me e depois eu começava a ir outra vez!(J3)

Para além deste registo da acção normativa do grupo de pares no sentido das normas convencionais, o mesmo assume uma importância significativa nos modos de gestão dos conflitos vivenciados nas esferas familiar, escolar e social, encontrando-se habitualmente presente logo nos primeiros actos transgressivos (comportamentos paradelinquentes e pré-delinquentes, experiências/consumos de substâncias psicoactivas) e/ou acompanhando o cariz persistente dos mesmos, numa procura hedonista de diversão e radicalismo.

> (primeiros consumos de *haxixe*) Foi na escola... nos tempos que eu não fui para as aulas, lá fora. /?/ Fui eu com os meus colegas...comprámos, conhecíamos quem vendia... (J1)

> P - (...) Vocês reuniram-se antes...Como é que isso (introdução e dano numa escola desactivada) surgiu?
> R - Sei que...fomos lá, e partimos ... começamos a partir a escola e assim...(J1)

> ... Andava mais com o meu irmão (um ano mais velho).(...) Andava com uns colegas meus...e eles sabiam que numa casa que tinha dinheiro...que uma senhora "num sei quê"...e eu uma vez fui lá...e andava com eles! (J2)

> P - (furto doméstico) Coincidiu na altura em que passaste para o ciclo...
> R - Mm, mm...foi quando eu andava no ciclo.
> P - ...E a que é que tu atribuis...o facto de teres começado a roubar dinheiro à tua mãe?...
> R - ...Sei lá...para sair com os meus amigos ..., para comer fora...(J1)

A integração nas subculturas desviantes configura-se na partilha de explicações, de motivos de actuação, de vivências, de justificações e de um saber sobre a transgressão, que indicam um conformismo a estes padrões de comportamento, mas também a morfogénese do poder sobre o acto na experimentação da realidade exterior.

(relativamente ao consumo de *haxixe*) Uma pessoa fuma aquilo, só se quer rir! Depois só se ri, não fala com ninguém, só se ri! (J5)

(incitado a explicar as diferenças vivenciadas com as drogas) Acho diferenças ... O *haxis* dá...dá fome, e dá...dá cansaço...quanto a *branca* não! Já tira a fome e...desperta a pessoa.

P - E o que é que tu sentias...quando consumias?

R - Nada... sentia-me fixe! (J1)

(incitado a explicitar padrão de consumo de drogas e actividade pré-delinquente) O consumo que fizeste da cocaína...quantas vezes foi...

R - Muitas!

P - O consumo era diário, todos os dias?

R - Era ... (...)!

P - ..A cocaína é uma coisa muito cara ...

R - Então, ... olhe! ... Fazia a noite!

P - Fazias a noite ... para comprar?

R - É! Para fugir à polícia.(J1)

(porquê/produto dos furtos) Dantes, era para *branca*. P'raí há um mês...

P - ...E fazes o quê com o dinheiro?

R - ... vou ao *shopping*...jogar máquinas e roupa.

P - Por aquilo que estás a dizer...deixaste de fumar *branca*, é isso?

R - Não deixei...! Fumo de vez em quando ... !(J4)

Os jovens (J3 e J5) baseiam as suas racionalizações relativamente ao uso/abuso das drogas, comum no meio eco-social de origem (bairros sociais estigmatizados por aquela realidade), no cenário das práticas e teorias implícitas dos consumidores da microeconomia clandestina.

P - ... Para além do haxixe, já experimentaste mais alguma coisa?

R - Na! Nem *branca*, nem *pó*! Tenho é tabaco nos pulmões que não devia ter! (...) (cola) Dá uma moca! Já experimentei só uma vez...mas dá uma moca! (no sentido desagradável)

P - Tens ideia a que é que faz mal, a cola?

R - À cabeça...A *ganza* é!

P - E a *branca*?

R - A *branca*? Come o cérebro todo! (J5)

(indagado relativamente à experiência de outras drogas, para além do haxixe) Nunca! Nunca hei-de experimentar! (...) /?/ Porque eu vejo-os! Lá, à beira da farmácia, há! Quando uma pessoa passa de autocarro ou a pé...! (J3)

2.2 - Institucionalização e Transgressão

A análise do quadro dos comportamentos transgressivos, ao longo do período de institucionalização, revela, na maioria dos sujeitos, uma alteração quantitativa e qualitativa da transgressão.

Dos cinco jovens sobre os quais incidiu a recolha de material autobiográfico, três (J1, J2, J4) registam um aumento significativo da actividade pré-delinquente, a par de fugas persistentes da instituição, verificando-se, relativamente aos restantes dois, uma interrupção dessa actividade[47].

A relação de J1, J2 e J4 com as figuras familiares significativas, mantém, após a institucionalização em CAEF, níveis de comunicação desgastados pelos conflitos que originaram o recurso à intervenção judicial e/ou denota um agravamento do distanciamento sócio-afectivo.

---

[47]Há que considerar, no entanto, as diferenças relativas à duração do período de institucionalização: J1, J2 e J4 encontravam-se, há cerca de 3 anos no CAEF, enquanto que J3 e J5 vivenciavam esta situação sensivelmente há um ano.

P - Eu sei que tu, aos fins de semana, não vais a casa...Porque é que não vais?

R - Porque eu...se eu não me virasse à mãe...

P - E isso aconteceu porquê?

R - Porque queria que eu trabalhasse no campo..e eu recusei-me! (J4)

P - Tu disseste-me que não tinhas grandes confianças com o teu pai...

R - Não tenho...coiso de falar com ele! ... Se ao fim de semana falar com ele uma vez, é muito! (J1)

A acção transgressiva, após o início da medida de internamento, aparece contextualizada na intencionalidade do radicalismo da delinquência, na qual o conformismo às normas do grupo de pares assume, por excelência, um papel (re)organizador de auto-afirmação.

O furto de automóveis emerge como o delito eleito para as deambulações exploratórias em grupo, quer nos meios "familiares" (área geográfica da residência de origem), quer nos "interstícios" da vida urbana próxima da instituição.

A percepção, de cada um dos casos, sobre o carácter mais ou menos transitório da institucionalização[48], salienta uma relação entre as diferentes fases vivenciadas pelos jovens até ao momento e as suas expectativas relativamente ao "desenlace" do período de moratória.

O discurso dos jovens relativamente às intervenções das instâncias normativas denota uma vivência ambivalente do estatuto "adquirido" pela situação de institucionalização; esta reforça, por um lado, o sentimento de exclusão que lhe está associado e, por outro lado, o sentimento de pertença e de solidariedade dentro do grupo de pares: as trajectórias

[48]J1, J2 e J4 cumpriam medida tutelar de internamento; J3 e J5 aguardavam a decisão judicial, revelando desconhecer o parecer técnico que apontava no sentido da aplicação daquela medida, ao relatarem as suas expectativas relativamente a uma medida em regime semi-aberto ou "em liberdade vigiada ou definitiva".

familiares de J1, J2 e J4, pautadas por um número significativo de acontecimentos de afastamento familiar, registavam um momento de ruptura declarada, enquanto que as de J3 e J5 mantinham a regularidade ao nível da rede sócio-familiar de suporte.

P - ...Tu aqui ... entras no colégio, depois foges! Houve aí um período que andavas sempre fora, fugido...lembras-te?
R - (anui).
P - ...E fazias roubos...
R - Às vezes./?/ Sei lá! Fugia com um colega daqui
(...)
P - E fugias sempre com as mesmas pessoas ou...
R - Com a mesma pessoa! ...às vezes eram três.
P - De onde é que tu o conhecias?
R - (da zona de residência).(J2)

A interrupção das práticas de fuga e pré-delinquentes é atribuída a um recuo relativamente aos interesses e motivações do grupo de pares, nomeadamente quando as regras de integração/afiliação exigem a passagem a um patamar de acção e de riscos não aceites pelo jovem.

P - ...E o que tu fazias com ele...e com os outros quando também estavam lá... o que é que tu sentias quando fazias estas coisas (furtos)?
R - ...Sei lá!.../?/ Andava sempre com o "X"...pôs-se a roubar carros e bombas de gasolina...(nota: no momento "X" encontrava-se recluído em estabelecimento prisional).(J2)

O consumo esporádico ou continuado de drogas leves contextualiza-se, nomeadamente nos momentos de fuga e/ou nos períodos autorizados de férias e fim de semana no meio de residência, num quotidiano em que as trocas afectivas familiares são

praticamente inexistentes, constituindo o grupo de pares a fonte de segurança e de valorização pessoal através da partilha de práticas banalizadas no seu seio.

> (padrões de consumo) Consumo, mas é quando fujo...quando fugia, mas era *cocaína*. Agora quando 'tou bem, quando vou aos fim de semana, fumo *haxis*. /incitado a descrever o último fim de semana/ Saí daqui, fui a casa, depois fui comprar droga, *haxis*, fiz o charuto...'tive lá...fumei, depois fui comer (...) depois fumei outro e ...'tive lá. (J1)

O desenvolvimento de laços com o grupo de pares aparece, de igual modo, no contexto institucional, o qual se configura como um espaço no (ou a partir do) qual se processa a aprendizagem e a partilha de experiências de intencionalidade hedonista, marginais.

> (...) Sei lá!....Via...via os outros a tomar e eu também tomei!
> P - Foi cá no colégio, isso (ingestão de medicamentos que originou intervenção hospitalar)?
> R - Foi.
> P - Que tipo de medicamentos eram, sabes?
> R - *Serenal*, ... *paxfat* (esforço para se tentar recordar)...
> P - E onde é que vocês arranjaram isso?
> R - Foi de uma medicação! Roubamos...aos monitores.(J1)

> P - Quando passaste para o ciclo foi a tua primeira experiência com *haxixe*...e a *cocaína*...quando é que apareceu?
> R - Foi nestes tempos, que eu 'tava fugido.
> P - Daqui do colégio (CAEF)?
> R - (anui) Foi quando comecei a fugir ... a fazer furtos.
> P - Mm, mm. Acontece mais a partir dos 14...mais ou menos ...
> R - Mm, mm (anui)./?/ 'tava habituado ... com o *haxis* e naquela altura eu não tinha...e...às primeiras vezes, quando os meus colegas fumavam, eu não fumava e isso deu a falta do *haxis* e... também depois comecei a fumar! (J1)

(para além do haxixe que outras drogas?) *Branca*.

P - Há pouco tempo, há muito..?

R - Há muito...Cá dentro não tenho fumado..!

P - Quando foi que fumaste a primeira vez?

R - Quando comecei a fugir daqui, do colégio.

P - Com outros?

R - (anui). (J4)

Os motivos da institucionalização por vezes não parecem tão claros aos actores em relação aos quais é dirigida a acção; o processo de designação social é no sentido da "normalização", mas o estatuto de desviante do actor designado é vivenciado de formas diversas, nomeadamente consoante o momento da auto-avaliação.

A idade, o tempo de institucionalização e a expectativa ou a certeza da decisão judicial parecem constituir-se como factores cuja constelação dificilmente configuraria o potencial impacto da intervenção normativo-racional do aparelho judicial.

P - Estás aqui há um ano e meio. No teu entender porque é que vieste para cá?

R - Porquê? Roubava...! Depois fugia das esquadras (...), ia p'ró Arrábida, ia p'ró Carrefour ... (J5)

P - O que aconteceu ... quando foste apanhado...foste apanhado com *cocaína*, não foi?

R - Nem me quero lembrar disso! Nunca mais, fogo! (J3)

P - E depois aqui... entras aqui... porque é que achas que vieste para o colégio? O que é que aconteceu para vires para o colégio?

R - Não sei...

P - Porque é que o juiz achou que tu devias vir para um colégio?

R - Acho que foi...por roubar...(J2).

A continuidade da acção dos dispositivos de normalização é passível de ser apreendida na população juvenil. O discurso de J3 denota um saber implícito sobre a estratégia medico-pedagógica, marcando a sua posição de ruptura em relação aos objectivos das disposições normativas que a fundamentam.

P - (...) E se não falarmos de nada do que te trouxe aqui (para o colégio)...se falarmos da escola, com que idade é que entraste...Isto não tem nada a ver com o que te trouxe aqui....

R - Tem! Desde que fui ao Juíz, tem!

P - Porquê?

R - Porque agora 'tou aqui mais é por causa da escola! P'ra fazer o 6º ano!

(...)

P - Por exemplo, no teu caso...Achas que o Juíz não te devia ter mandado cá para dentro?

R - Naquela altura, quando foi a primeira vez que eu vim...claro! Mas agora, quando eu fui à audiência, podia-me mandar embora! (J3)

A continuidade da trajectória institucional é continuamente colocada em causa pelos jovens; a sua posição, significativamente marcada pelos determinismos sociais (desviantes e normativos), oscila entre momentos de rebeldia e de conformismo, representando as fugas o exercício do poder sobre si num espaço que é vivenciado como uma "prisão".

P - E também há o que eles chamam alguma indisciplina...tu não te adaptares às regras daqui de dentro...no início...

R - Não gostava de 'tar aqui!

P - E como é que te davas com os técnicos?

R - Sei lá...mal!

P - E agora ...? Gostas de estar aqui?

R - Gostar, gostar...não! Mas que remédio!...tenho que 'tar aqui! /?/ Sei lá...porto-me mal ...!

P - (...) porque é que no teu entender não tens fugido?

R - Sei lá...porque quero me portar bem!(J1)

P - (...) Gostas de estar aqui?

R - Mais ou menos.

P - De que é que tu não gostas, aqui?

R - De que é que eu não gosto?!...de ficar no colégio!

P - Vocês não têm actividades, aqui?

R - Temos, mas quem foge...!

P - E tu preferes fugir de vez em quando...do que estar aqui nas actividades, é isso?

R - ...Mas para ficar aqui sempre...mais vale fugir!(J4)

3 - Posições Normalizadoras: Formas de Gestão da Desordem Juvenil

A articulação das dimensões da unidade de análise das instâncias de reacção social foi desenvolvida através do cruzamento dos "actores" *(quem fala)*, dos "discursos" (*de quê e como falam*) e das "práticas" (*como actuam*), contextualizando-a nas trajectórias de vida dos jovens.

A abordagem das posições transgressivas dos jovens estigmatizados como desviantes remeteu-nos continuamente para os contextos ou figuras implicados nos seus processos de socialização (família, grupo de pares, escola, trabalho, serviços de intervenção social, polícia, tribunal); a observação mais pormenorizada da sua acção permitirá apreender melhor os momentos da trajectória normalizadora e as regularidades das práticas e dos discursos dos diferentes locais de saber-poder.

Este esforço analítico e interpretativo das instâncias de normalização corre o risco de se confundir com uma abordagem "sociologista" do fenómeno da desviância juvenil, da qual nos demarcamos; a proeminência destes actores releva, sim, da realidade do quadro de interacção em análise, no qual se destacam as diferenças de poder, ao nível da acção

normativa, entre "designados" (jovens sob medida de institucionalização) e "designantes" (figuras que revelam um papel activo na trajectória desviante do jovem).

O cruzamento, entre si, das dimensões da unidade de análise (actores, discursos e práticas) considera o percurso cronológico da sua ocorrência por referência à idade dos jovens, bem como o tipo de situação problemática que origina a intervenção judicial.

3.1 - Actores e Práticas da Reacção Social

Retomando as variantes identificadas na análise dos dados heterobiográficos[49], nomeadamente as que decorrem da invariante comum materializada na intervenção judicial, optamos por focalizar a análise no grupo de jovens junto do qual se procedeu à recolha de material autobiográfico, com vista a uma abordagem ainda mais aproximada da articulação entre as trajectórias desviantes juvenis e as normativas.

A trajectória de J1 é atravessada em diferentes momentos pela entidade judicial, designadamente aos 5 meses, aos 6 anos e aos 11 anos de idade; os motivos subjacentes às duas participações anteriores são fundamentados, respectivamente, numa "situação de risco" (alegada "incapacidade educativa" da progenitora) e em comportamentos de paradelinquência ("fugas à escola" inscritas na sua rejeição à aprendizagem escolar e "vadiagem" mediante a sua orientação para a interacção lúdica com o grupo de pares), onde a iniciativa processual parte do mesmo actor - elemento da família alargada (tia paterna).

O terceiro momento (aos 11 anos de idade) é iniciado pela mesma figura familiar, alegando uma situação de "maus tratos" do menor na IPSS, onde o mesmo se encontrava institucionalizado na sequência da anterior decisão judicial.

---

[49]Cf. Cap. IV, sub-capítulo 1.2.

Esta solicitação aparece associada à vontade expressa deste familiar em voltar a assegurar o processo educativo do jovem, mediante a qual vem a ser aplicada uma medida tutelar de acompanhamento educativo, executada pelo corpo técnico que garantia a assessoria ao tribunal (ex-SAS).

Este tipo de medida parece, contudo, não ter tido um impacto significativo no percurso vivencial do jovem, o qual refere não guardar memória de qualquer contacto directo com aqueles serviços.

No entanto, a génese da decisão de "acolhimento residencial, a tempo integral, para realização de diagnóstico/prognóstico sobre a situação do menor" (ao abrigo do disposto no artº 56º da OTM), é reforçada pela avaliação, no âmbito da execução da medida tutelar de acompanhamento, onde são destacadas, para além da *"influência negativa do grupo de pares"*, as *"dificuldades do menor em cumprir as normas impostas ao nível familiar"* e a *"atitude passiva do menor relativamente à situação"*.

A decisão judicial de acolhimento em CAEF é adoptada (aos 13 anos de idade) na sequência da (re)emergência e persistência de comportamentos de fuga à escola, vadiagem (em grupo) e do prolongamento da expressão desviante no contexto familiar (furto doméstico), assumindo, de novo, o mesmo familiar, um papel activo no despoletar da (re)acção judicial, mediante participação efectuada à entidade policial (PSP).

Ao longo do período de institucionalização, o cenário da reacção social de J1 é caracterizado pelas sucessivas participações policiais referentes à prática de furtos (estabelecimentos comerciais e automóveis) ocorrentes durante os frequentes períodos de fuga da instituição (CAEF), progressivamente mais frequentes a partir do momento da decisão de "medida de internamento em estabelecimento de reeducação", indicada como a medida adequada à situação no respectivo relatório social de avaliação solicitado.

As restantes trajectórias juvenis representam situações cujo início da intervenção judicial ocorre, respectivamente, aos 12 anos (J5) e por volta dos 13/14 anos (J2, J3 e J4), salientando a inimputabilidade dos autores em função da idade relativamente à prática de actos qualificados pela lei penal como crime.

No entanto, e relativamente a J2, os primeiros actores da reacção normativo-racional - autoridade policial - relatam não só a ocorrência dos factos como a presença de uma situação familiar problemática: *"(...) não chamando esta (a mãe) o seu filho à responsabilidade, maltratando por vezes as pessoas que ali (a casa) se deslocam para reaver os bens furtados (...) a mesma anda constantemente embriagada, dando maus exemplos de educação aos filhos que tem a seu cargo"*.

Nos casos em que a conduta dos jovens assume um cariz agressivo (J4 e J5), outras figuras emergem na trajectória judicial (respectivamente IPSS e escola EB 2.3), reforçando o conteúdo constante, implicita ou explicitamente, nas participações policiais que elas próprias despoletam (comportamentos de indisciplina).

A trajectória desviante de J4 apresenta significativas regularidades relativamente à de J1, não apenas pelo facto da intervenção judicial ser despoletada pela estrutura alternativa de enquadramento familiar (IPSS, onde se encontrava institucionalizado, desde os 7 meses de idade, através de diligências efectuadas pela mãe nesse sentido), mas também pela reacção radical que passa a expressar após o acolhimento residencial em CAEF, progressivamente agudizada após a medida tutelar de internamento.

O primeiro momento judicial de J5, traduz-se na decisão ao abrigo do artº 56º, em regime de acolhimento a tempo integral, como resposta à informação e processo remetidos pela entidade não judiciária (Comissão de Protecção de Menores - CPM) sobre os resultados infrutíferos da sua acção no sentido da alteração da expressão comportamental do jovem no contexto escolar e da pré-configuração de "comportamentos delinquentes"

(patente nas participações policiais apensas ao processo da CPM) por parte do mesmo e na *"incapacidade educativa do meio familiar"*.

No caso de J3, a intervenção judicial foi desenvolvida pela participação da autoridade policial e em função de uma única situação de pré-delinquência, a qual atendendo *"à gravidade dos factos"* - posse e tráfico de estupefacientes -, correspondeu a uma decisão de acolhimento residencial imediato, do jovem, em estabelecimento de reeducação, para efeitos do artº 56º, da OTM.

O carácter imediato e radical desta decisão é contextualizado, no discurso judicial, pela não comparência de qualquer uma das figuras educativas (pais) à sessão realizada no momento imediatamente subsequente aos factos: *"o progenitor declinou na mãe a responsabilidade de o receber (...) a mãe alegou assuntos de trabalho que a impossibilitavam de vir a este tribunal"*.

3.2 - Significação ou a Lógica das Estratégias de Normalização

A partir da análise da acção (discursos e práticas) das estruturas normativas emergem regularidades, ao longo dos processos de desviância observados, relativamente às posições assumidas como actores na realidade qualificada como desviante.

A estratégia de normalização decorre da acção colectiva das várias estruturas sociais que, segundo um encadeamento de actos relacionados entre si, procuram a regulação/normalização do padrão comportamental do actor desviante.

O movimento da acção designada como normativo-racional é sequencial, verificando-se uma convergência de diversas instâncias no sentido de um objectivo comum - normalizar - através do recurso às práticas de reeducação.

O sistema de jurisdição de menores representa o centro da racionalidade normativa (baseada numa política medico-pedagógica) que legitima e anima, sob o princípio da prevenção, a macro-estratégia de controlo social sobre a infância e a juventude.

A sua intervenção é concebida como uma resposta da sociedade aos desvios potenciais e efectivos que ameacem a ordem social; a trajectória da sua acção, no caso da amostra do presente estudo, manifesta-se, no entanto, predominantemente dirigida a populações socio-economico e culturalmente em desvantagem relativamente ao poder da ordem convencional[50].

Os objectivos da prevenção secundária e terciária animam os mecanismos mediadores (instituto de reinserção social, centro regional de segurança social, comissões de protecção de menores, corpo policial) entre a realidade do objecto de intervenção e a instância judicial, impulsionados pelo ideal da "reinserção social".

Às estruturas não judiciárias e aos organismos públicos e privados de intervenção social (presentes em bairros sociais socialmente estigmatizados) cabe-lhes a acção local, numa extensão do direito tutelar, reproduzindo, assim, a estratégia baseada na ideologia reeducativa do estado protector.

O espaço entre as populações desviantes juvenis e o aparelho judicial encontra-se preenchido por canais de comunicação (centrípeta e centrífuga) que traduzem uma relação de natureza simbiótica: as decisões judicias são, na sua maioria, fundamentadas de forma significativa nos pareceres dos peritos de intervenção social.

Os esforços desenvolvidos, em determinados casos, pela comunidade escolar, constituem-se como desvios à reacção habitual destes espaços, os quais tendencialmente ignoram (quando o jovem adopta uma posição menos reactiva, auto-excluindo-se, através

---

[50]Conjuntura assimétrica, de igual modo, identificada na génese das estratégias racionalizadas da modernidade (cf. Cap. I)

do absentismo ou do abandono escolar, como se verifica nos casos de J1, J2 e J3) ou remetem para esferas "superiores" (particularmente nos casos em que o padrão comportamental do jovem se torne minima ou radicalmente ostensivo por comportamentos agressivos ou de vandalismo - J4 e J5), as suas dificuldades na gestão da relação pedagógica e humana no contexto escolar.

Não obstante o percurso de alguns destes jovens (J2 e J3) registar, em fases mais precoces das suas vidas, situações igualmente problemáticas sob o ponto de vista dos parâmetros/expectativas normativos (absentismo escolar e/ou negligência educativa), não se verificou o recurso à entidade judicial, situação que poderá ser interpretada pela maior tolerância dos meios familiar e escolar ao tipo de comportamento manifestado e/ou pela atitude mais passiva dos jovens em relação àqueles contextos.

A trajectória de vida de J1 traduz uma situação de conflito emergente, ainda em idade precoce (6 anos), no contexto familiar, atribuída a dificuldades de adaptação do jovem ao meio escolar.

Nesta fase, as estratégias de gestão adoptadas por esta estrutura de socialização primária (recurso à entidade judicial para internamento do menor em IPSS), enquadram-se no *continuum* normalizador do dispositivo normativo-racional e em limiares de tolerância baseados na valorização, quer da escolaridade, quer do trabalho, como meios de promoção social; o investimento, desta figura familiar, na sua actividade laboral, independentemente dos eventuais objectivos de manutenção/sobrevivência económica, sobressai como um valor significativo na sua prática quotidiana.

4 - Para Uma Reorganização do(s) Significado(s) Da Desviância Juvenil

A reconstrução do biograma, complementado pelas práticas verbalizadas pelos jovens, permite-nos a visualização de descontinuidades individuais, ao nível das "linhas horizontais" que representam as trajectórias familiar, escolar, judicial, institucional e de comportamentos desviantes.

As trajectórias individuais, nas diversas dimensões, registam espaços marcados por rupturas que, contextualizados num determinado período das suas vidas, possibilitam-nos a observação (se traçarmos linhas verticais imaginárias) de regularidades: os "indicadores" de um enfraquecimento/ruptura do vínculo social (aos níveis familiar e escolar) acompanham o agravamento dos comportamentos desviantes e os períodos das intervenções judicial e institucional.

A reacção social das estruturas de socialização primária (família, escola) e das instâncias normativo-racionais, no sentido da gestão dos comportamentos desviantes juvenis, nem sempre significa uma alteração da situação no sentido esperado, verificando-se, mesmo, uma desvinculação social e uma actividade transgressiva progressivas(J1, J2, J4).

A resistência generalizada em partilhar vivências afectivas particularmente dolorosas aparece como um prolongamento do vazio de significações sobre uma realidade social fragmentada em heterodeterminações convencionais e marginais.

As competências pessoais de autodeterminação encontram-se numa fase de proto-diferenciação e de organização, pelo que os processos de significação são sobretudo heterodeterminados e caracterizados pelas estratégias errantes na gestão dos conflitos.

FACULDADE DE DIREITO
BIBLIOTECA
UNIVERSIDADE DO PORTO

A rejeição dos jovens relativamente ao modelo de socialização da cultura dominante traduz-se por comportamentos de fuga ou de agressividade em relação às estruturas e actores que o simbolizam e/ou praticam.

As trajectórias juvenis traduzem as descontinuidades produzidas pelo ritmo das transformações intrínsecas (de ordem biológica e psicológica) e extrínsecas (contextos proximais e distais) expressas pela intermitência de momentos de conformismo e de rebeldia.

O meio normativo é vivenciado como hostil ou indiferente pelo que a procura de demarcação e afirmação individual é prioritariamente construída junto de subculturas desviantes, nomeadamente entre pares com vivências afins, como forma de gestão dos precários limiares de tolerância e de aceitação experienciados na relação com os actores que assumem o protagonismo do processo normativo.

A persistência da actividade transgressiva encontra-se associada à fragilidade do vínculo social "normal", operacionalizando-se na desescolarização e na desintegração familiar. (Da Agra, 1998)

O "sucesso" da integração em subculturas desviantes emerge, assim, associado à sua função adaptativa relativamente às características imediatistas e hedonistas da população juvenil.

O impacto da vivência institucional traduz-se, dentro da população estudada, numa heterogeneidade de reacções; a expressão comportamental transgressiva é exacerbada quando no prolongamento de vivências marcadas pela desvinculação social, propiciando uma aproximação progressiva do jovem aos códigos das subculturas desviantes.

À resposta última dos mecanismos de controlo da desordem juvenil - medida tutelar de internamento - emergem reacções transgressivas radicais, invertendo os objectivos de reestruturação ou de mudança previstos pelas estratégias reeducativas.

Em cada uma das trajectórias juvenis observamos um número variável de etapas e de actores no processo de reacção social, onde a designação do jovem como desviante se traduz por uma progressiva centralização nas suas características "desviantes".

O "actuar" ou o "não actuar" orientam-se como formas de reacção, por vezes coexistentes no mesmo momento, no sentido da eliminação do sintoma (expressão comportamental) e da marginalização da patologia (fugas à escola).

As situações problemáticas tendem a ser progressivamente absorvidas numa cadeia marginalizante de significados e interacções: do sistema de classificação/avaliação dos peritos de intervenção social às interpretações familiares, observam-se rupturas relacionais e comunicacionais que facilitam o protagonismo de outros actores no processo de identificação do jovem - subculturas desviantes juvenis.

A orientação dos actores normalizadores emerge, portanto, como análoga à dos actores desviantes, os quais focalizam as suas resistências no cariz conformista da regra, reagindo em consonância através da integração nas designadas subculturas, onde constroem e partilham referenciais organizadores da sua identidade social.

A emergência de posições transgressivas radicais constitui uma das manifestações da desviância juvenil; a trajectória deste actor desviante apresenta momentos normativos que mostram a sua capacidade de mudança e de adaptação na interacção criativa com os sistemas sociais.

A opção pela exploração e persistência num estilo de vida marginal afigura-se como a via mais gratificante no vazio de alternativas normativas passíveis de "atrair" o sujeito no sentido da construção de significados organizadores da sua acção.

A relação do jovem com as regras sociais resulta de processos interactivos, de natureza biopsicossocial, os quais não se reduzem a uma mera interiorização ou

assimilação, implicando escolhas, interpretações, negociações entre os diferentes sistemas de significação envolvidos.

Se centralizarmos a observação ao nível do papel das regulamentações sobre a escolaridade obrigatória e o trabalho juvenil, verificamos que a presença da entidade judicial como recurso para a manutenção/reforço das mesmas, se traduz em mecanismos de segregação que acentuam a estigmatização já vivenciada noutras esferas significativas do processo de socialização do jovem.

As alterações significativas, verificadas após a aplicação da medida tutelar de internamento, afirmam-se por uma ruptura mais radical, através de condutas expressivas de uma maior reactividade dos jovens, subvertendo os objectivos da acção reeducativa.

As trajectórias juvenis reflectem polimorfismos, quer das estruturas internas e externas presentes no seu percurso de vida, quer das expressões comportamentais (transgressões).

O carácter persistente da expressão comportamental dos jovens (indisciplina, agressividade) reproduz e reforça a reacção social; estes ao serem considerados como resistentes às alterações perspectivadas pelas expectativas e meios convencionais, são "remetidos" para níveis e instituições que simbolizam a *ultima ratio* da actividade social.

A configuração da relação entre posições transgressivas e normalizadoras traduz uma leitura de ruptura, de "não senso" sobre "os outros" protagonistas em conflito, ilustrada pelos significados dos actores relativamente às "descomunicações" vivenciadas nas diferentes esferas de socialização.

As posições normalizadoras reflectem, sob a política da prevenção social e criminal da reinserção social, uma (re)reacção tendencialmente baseada em critérios de ordem dicotómica que limitam o espaço da acção criativa normativa, constituindo-se como produto e produtoras da desviância juvenil.

5 - Biografia Reconstruída-Desviância Juvenil: limitações e potencialidades do método

Dos jovens contactados, todos verbalizaram disponibilidade em colaborar, tendo, no entanto, emergido certas apreensões relativamente aos objectivos da investigação e ao papel da "entrevistadora", que nos parecem associadas à distância social e cultural entre ambos os intervenientes, ainda mais difíceis de ultrapassar numa situação de interacção pontual[51].

O surgimento de um elemento "estranho" aos sujeitos, nomeadamente no contexto institucional (onde se encontram por decisão judicial), não obstante a inicial clarificação/desmistificação dos motivos, é passível de suscitar sentimentos de desconfiança e de preservação de certos aspectos íntimos, revelando-se, não raras vezes, necessário, durante as entrevistas, voltar à clarificação de "não sermos juízes ou técnicos que sobre eles teriam algum poder de decisão", atendendo à tendencial associação a estes papeis, percepcionada pelas abordagens de situações e/ou comportamentos problemáticos.

A conjuntura das realidades vivenciais pautadas por rupturas relacionais (familiares, escolares e/ou sociais) exigiu, de igual modo, uma preocupação ética (mediante uma postura de carácter empático) na abordagem de determinados temas, de forma a evitar o potencial agravamento das vivências emocionais dolorosas dos sujeitos.

Os mutismos ou o recurso à fantasia perante a abordagem de determinados temas ou acontecimentos, parecem-nos inscrever-se nas resistências manifestas relativamente à tonalidade afectiva negativa das vivências.

---

[51] Consideramos as particularidades das interferências na investigação com crianças e jovens, tais como a idade, o desenvolvimento cognitivo e afectivo, o nível de escolarização, as quais foram assinaladas por estudos que adoptaram uma metodologia de terreno (entrevistas semi-directivas, precedidas de observação participante), com estas faixas etárias (Sebastião, 1998).

As resistências manifestas foram, contudo, consideradas na análise de cada uma das biografias, mediante a sua contextualização em cada caso concreto, importando, neste momento, avaliar os limites e o alcance do método utilizado.

O objectivo de acesso a lógicas comportamentais e vivenciais explicativas, não foi conseguido, tendo sido, todavia, possível captar posições e posturas dos jovens em relação às normas e valores dos diversos contextos sociais em que se inserem.

Não obstante as várias estratégias utilizadas no sentido da construção de significado sobre determinadas práticas, prevaleceu o mutismo ou o "desconhecimento" ("Não sei..."; "Sei lá!..."; "Não me lembro...!"), situação que nos parece associada, não só a eventuais condicionalismos da própria interacção, mas sobretudo a factores de ordem estrutural relacionados com as competências de auto-reflexão e de significação, desta faixa etária, sobre a acção relativa a um "passado" demasiado recente, num presente caracterizado pelo imediatismo, onde o tempo assume uma dimensão particular[52].

Aqui reside a opção de "interrupção" do método, após a sua aplicação a cinco dos sete jovens inicialmente possíveis, tendo em conta as regularidades dos resultados e o pouco rendimento que o investimento, na reunião de condições contextuais para prosseguir para os restantes sujeitos, acarretaria.

O biograma demonstrou, contudo, reunir as potencialidades de "recordatória", a partir dos acontecimentos assinalados ao longo das diversas "linhas temáticas", assumindo, neste contexto, um papel catalizador da comunicação ao facilitar a própria dinâmica da relação investigador/sujeito.

---

[52] Invariante que se verificou, de igual modo, em relação à abordagem das expectativas ou projectos dos jovens em termos de futuro. Com efeito, a apreensão das representações está intimamente relacionada, quer com as capacidades do investigador para levar o interlocutor a falar, de modo a exprimir com o máximo de exactidão o que realmente pensa, quer com o grau de expressão do interlocutor (Ruquoy, 1997).

Esta constatação advém da opinião dos próprios jovens, quando indagados nesse sentido, no final das entrevistas (verbalizações positivas relativamente ao carácter original do instrumento), e da maior facilidade, por nós vivenciada, na gestão das abordagens a partir das "sinalizações" do biograma que, na nossa opinião, resultaram mais profícuas do que numa situação convencional de entrevista semi-directiva.

Os resultados obtidos neste estudo exploratório fornecem indicadores importantes sobre o biograma como mediador da relação no relato biográfico de jovens, tendo sido confirmadas as suas funções de tradutor dos dados heterobiográficos (todos os sujeitos corroboraram a realidade factual transmitida pelo instrumento - "Que eu me lembre...assim das coisas que você 'tá-me a explicar...'tá correcto!" [J1]), de potenciador da recolha de dados autobiográficos (permitiu o acesso, quer a práticas que não constavam no material documental, quer à posição dos jovens face às normas sociais) e de facilitador da posterior análise qualitativa.

A utilização do método da biografia reconstruída, no contexto de investigação, com adolescentes, na sua maioria de 14 e 15 anos de idade, revela as suas limitações dadas as características biopsicossociais estruturais desta faixa etária e os condicionalismos associados à sua situação de institucionalização em Colégio de Acolhimento, Educação e Formação.

Não será, no entanto, de excluir as possibilidades de alargamento das suas potencialidades, mediante uma utilização mais intensiva com cada caso, operacionalizada em diferentes momentos de aproximação e não numa única situação de interacção.

A sua rentabilização, no domínio da investigação, com populações juvenis desviantes afigura-se particularmente profícua, se inserida numa estratégia integrada de pesquisa de

terreno de tipo etnográfico[53],diversificada e flexível, que contemplasse a observação directa e sistemática das dimensões interactivas e comunicacionais, bem como o seu significado, no quotidiano dos sujeitos.

Nesta medida, a complementaridade dos elementos auto e heterobiográficos poderia assumir uma configuração aproximada da do presente estudo, enriquecida pelo relato dos restantes actores envolvidos no quadro da situação transgressiva (figuras significativas, escola, técnicos de intervenção social de entidades públicas/privadas), considerando as suas posições no processo interactivo da produção da desviância.

Falamos, portanto, da integração do método da biografia reconstruída num dispositivo de investigação orientado para a população juvenil designada como desviante: a delimitação do objecto de estudo implica a sua clivagem em unidades de análise (o jovem e os contextos de socialização espontâneos e racionais) e a segmentação analítica destas em dimensões individuais e ecossociais, bem como a utilização de métodos de investigação adequados aos (sub)objectivos estabelecidos, salientando-se o potencial heurístico e explicativo do método biográfico como um instrumento integrante/integrador da realidade observada.

A aproximação do saber científico ao fenómeno da desviância juvenil resulta de um processo de desconstrução da realidade observada (dos actores, das práticas, dos discursos) com vista à sua articulação/integração num modelo explicativo que dê conta da natureza dinâmica e biopsicossocial do objecto de estudo, mediante a utilização do método que possibilita a convergência das histórias individual e sócio-cultural: munidos dos instrumentos para analisar as estruturas, as vivências e as significações internas e externas,

---

[53]A investigação sobre uma pequena unidade social, como por exemplo num bairro social, implica necessariamente interferências decorrentes da presença do investigador ("estranho") no terreno; contudo, "à medida que se vai prolongando, o trabalho de campo vai não só reorganizando as relações entre observador e observados como reorganizando também, em certa medida, o próprio tecido social em análise" (Costa, 1986, p.135); a objectivação do processo de interferências constitui, portanto, um veículo de conhecimento.

seria possível captar o ser humano (auto e heterodeterminado) no apogeu interactivo da evolução/maturação dos níveis biológico, psicológico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ...

Este espaço visa o destaque breve de alguns aspectos, com o objectivo último de promover a reflexão sobre os potenciais contributos emergentes do trabalho de investigação desenvolvido.

A análise da emergência e mutação das categorias sociais da infância e da juventude, permite-nos visualizar o seu enquadramento num conjunto mais vasto de transformações (aos níveis social e científico) estruturais e processuais, materializadas nos mecanismos de controlo e regulação das populações e das desordens sociais juvenis. Daí a importância da desocultação desta dinâmica para uma actividade reflexiva prévia a potenciais alterações contemporâneas das estratégias políticas e sociais sobre a juventude, na realidade portuguesa.

As transformações das esferas normativo-racionais constituem-se como produto e produtoras de mutações ao nível da organização e funcionamento das restantes instituições; não resultam, portanto, de um encadeamento adaptativo simples ou linear entre diferentes acontecimentos, mas de um processo activo e permanente de renovação entre as (e nas) estruturas individuais e colectivas.

Com a exploração materializada, no presente estudo, pretendemos contribuir para uma (re)construção das teorias implícitas sobre o desvio, as quais se encontram profundamente imbuídas de explicações/interpretações lineares que centralizam "o problema" no sujeito ou no meio desviantes.

As responsabilidades do saber científico, na conjuntura política e social, exige a (re)utilização, quer de grelhas de leitura que englobem os diferentes elementos

intervenientes no processo de desviância, quer de instrumentos de análise que permitam aceder ao quadro processual da realidade vivida a observar.

A desviância juvenil, enquanto objecto transdisciplinar, exige uma abordagem que permita o acesso à complexidade das inter-relações, inscritas nas flutuações temporais do percurso de vida do sujeito, entre as estruturas biopsicossociais de funcionamento do próprio indivíduo e dos seus contextos.

A dimensão evolutiva das expressões transgressivas é, portanto, contextualizada na conjuntura biopsicossocial específica do jovem desviante, enquanto numa fase da vida pautada pela celeridade do ritmo das transformações dos referentes individuais (fisiológicos, psicológicos) e sociais (família, escola, grupo de pares).

Partindo da trajectória do jovem desviante, foi possível descrever movimentos que liga diferentes estados (ou momentos) na sua vida, nomeadamente os segmentos correspondentes aos "comportamentos problema" e à reacção social (formal e informal) a esses comportamentos; a integração destes espaços no tempo permitiu-nos, por apelo à interpretação, compreender a(s) dinâmica(s) da produção da desviância juvenil.

Utilizámos a noção de "actor social" não, apenas, como um conceito, mas como uma grelha de análise inscrita no domínio criminológico, a qual nos orientou, a partir do plano fenomenal do nosso objecto, na reconstrução da realidade observada.

A clarificação das condições objectivas e subjectivas, sob as quais se desenrolam as orientações desviantes e normativas, situou-nos no quadro da acção, permitindo-nos descrever, interpretar e compreender alguns dos processos envolvidos na criação da desviância.

Considerando a emergência e evolução temporal dos comportamentos problemáticos, detectamos invariantes e variantes individuais que representam, respectivamente, as

características genéricas e os aspectos diferenciais das trajectórias familiares, escolares, desviantes, judiciais e institucionais dos sujeitos.

Da constelação estrutural comum (invariantes), incluindo a prática de comportamentos paradelinquentes/pré-delinquentes e a institucionalização em Colégio de Acolhimento, Educação e Formação (CAEF), emergiram formas heterogéneas de expressão comportamental, nomeadamente no que concerne à localização temporal do tipo e frequência de actos transgressivos, tornando possível a construção de três agrupamentos[54].

Estas configurações foram delineadas a título heurístico e enquadradas nesta investigação de cariz exploratório que, ancorada na trajectória de vida dos jovens, opta por privilegiar a análise dos espaços-charneira entre as estruturas e os indivíduos, integrando as significações do acto desviante nas relações entre o jovem e os seus espaços de vida.

A centração analítica nos segmentos correspondentes aos comportamentos/situações "problema" e à reacção social (formal e informal) a esses comportamentos, permitiu-nos apreender processos de interacção no termo dos quais o jovem é estigmatizado como "desviante".

Destacamos os momentos de reestruturação dos jovens e as formas como estes se "actualizam" em relação a situações que vivenciam, nos diferentes contextos de vida, como desagradáveis/hostis ou atractivas e criadoras.

Os movimentos de aproximação dos jovens a grupos, acções e espaços desviantes ocorre a par de uma limitação da acção das estruturas normalizadoras: as expressões transgressivas manifestam um cariz particularmente radical no culminar da acção reguladora das instâncias normativo-racionais - medida de institucionalização em CAEF.

---

[54]Cf. Cap. IV, Sub-Cap.1, Ponto 1.2.

Estas posições em conflito conduzem-nos à problematização das regras e das disposições normativas sociais enquanto referenciais que organizam reacções sociais, desenvolvem processos de estigmatização e reforçam as orientações juvenis para a desviância.

A desviância, assim como a normatividade, é o resultado de processos de interacção entre/intra sujeitos e estruturas: a celeridade do ritmo de transformações de natureza biopsicossocial e a emergência de crises individuais e sociais durante a adolescência, constituem-se como factos "normais" ao longo da formação e desenvolvimento destes processos de tomada de decisão e de exploração da realidade envolvente; as crises reorganizadoras assumem, no entanto, diferentes orientações - normativas ou desviantes - que se tornam mais ou menos acentuadas e persistentes no tempo.

Salientamos, assim, a necessidade de reflexão, dos locais de saber-poder normativo-racionais, sobre a diversidade (aos níveis quantitativo e qualitativo) de alternativas e de espaços onde as vulnerabilidades juvenis poderão actualizar, nos seus quotidianos, padrões de comportamento, de motivação e de (auto e hetero) determinação normativos.

Consideramos que o percurso exploratório do presente estudo reforça as potencialidades da "biografia reconstruída" como instrumento de investigação no domínio criminológico, e em particular, sobre o fenómeno da desviância juvenil.

Não poderíamos "concluir" estas considerações finais, sobre as lógicas deste percurso de investigação, sem incitar uma (hetero)avaliação e utilização deste método biográfico, o qual é passível de uma multiplicidade de hipóteses de reestruturação em função do campo empírico a analisar, sobressaindo o seu potencial heurístico como método integrante e integrador, num dispositivo de investigação sobre a desviância juvenil.

BIBLIOGRAFIA

Bachelard, G. (1984). *A Epistemologia*. Lisboa: Edições 70.

Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Becker, H. (1997). *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: Free Press.

Brochu, S., Brunelle, N., Cousineau, M-M, (1997). Comprendre le jeune délinquant à travers son histoire de vie. *Le Journal des Psychologues, 148; 31-34.*

Brown, S. (1998). *Understanding Youth and Crime: Listening to youth?*. Buckingham: Open University Press.

Cohen, S. (1980).*Folk Devils & Moral Panics: The Creation of The Moods and Rockers.* Oxford: Blackwell.

Cohen, S. (1988). *Visiones de Control Social*. Barcelona: PPU Editores.

Costa, A. (1986). A pesquisa de terreno em sociologia. *In Augusto Santos Silva et José Madureira Pinto (Orgs.), Metodologia das Ciências Sociais, 129-148. Porto: Edições Afrontamento.*

Cusson, M. (1989). *Délinquants pourquoi?*. Québec: Bibliothèque Québécoise.

Da Agra, C. (1982). Epistemologia, ciência e patologia mental - Desviância juvenil e toxicomania: um analisador epistémico. *Análise Psicológica, 4(II), 529-545.*

Da Agra, C. (1986a). Adolescência, Comportamento Desviante e Auto-organizado: Modelo de Psicologia Epistemanalítica. *Cadernos de Consulta Psicológica, 2, 81-87.*

Da Agra, C. (1986b). *Science, Maladie Mental et Dispositifs de l'Enfance - Du paradigme biologique au paradigme systemique* -. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Da Agra, C. (1990). Sujet autopoiétique et transgression. *In Acteur social et délinquance - une grille de lecture du système de justice pénale, pp.415-426.* Liége, Mardaga Ed..

Da Agra, C. (1994). Science de l'éthique et droit pénal. *Revue Carrefour, Vol. XVI, 2, 108-129.*

Da Agra, C. (1998). *Entre Droga e Crime - actores, espaços, trajectórias.* Lisboa: Editorial Notícias.

Da Agra, C. e Matos, A. P. (1996). Trajectórias Desviantes. *In Projecto Droga e Crime - Estudos Interdisciplinares, Vol. XIV.* Porto: Centro de Ciências do Comportamento Desviante, FPCEUP.

Debuyst, Ch. (1985). *Modèle éthologique et criminologie.* Bruxelles: Mardaga Ed.

Debuyst, Ch. (1990b). Présentation et justification du thème. *In Acteur social et délinquance - une grille de lecture du système de justice pénale, 21-33.* Liége: Mardaga Ed..

Debuyst, Ch. (1991). Les Perspectives Cliniques - Les Diverses Orientations. *In Robert Cario & Anne-Marie Favard, La Personnalité Criminelle*, 57-66. Paris: Érès.

Decreto-Lei 314/78, de 27 de Outubro, actualizado pelo Artº 2º do Decreto-Lei 120/98, de 8 de Maio.

Decreto-Lei 189/91, de 17 de Maio.

Decreto-Lei 396/91, de 16 de Outubro.

Decreto-Lei 58/95, de 31 de Março.

Decreto-Lei 270/98, de 1 de Setembro.

Dias, J., Andrade, M. (1992). *Criminologia - O homem delinquente e a sociedade criminógena.* Coimbra: Coimbra Editora, Lda.

Digneffe, F. (1989). *Éthique et Délinquance - La délinquance comme gestion de sa vie.* Genève: Editions Médecine et Hygiène.

Digneffe, F. (1990). Le concept d'acteur social et le sens de son utilization dans les théories criminologiques. *In Acteur social et délinquance - une grille de lecture du système de justice pénale, pp.351-374.* Liége: Mardaga Ed..

Digneffe, F. (1997). Do individual ao social: a abordagem biográfica. *In Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais, 203-245.* Lisboa: Gradiva.

Donzelot, J. (1977). *La Police des Familles.* Paris: Les Éditions de Minuit.

Dubet, F., Lapeyronnie, D. (1992). *Les Quartiers D'Exil.* Paris: Éditons du Seuil.

Fernandes, L. (1990). *Os Pós Modernos ou A Cidade, O Sector Juvenil e as Drogas.* Porto: FPCEUP.

Ferrarotti, F. (1983). *Histoire et Histoires de Vie - la méthode biographique dans les sciences sociales.* Paris: Librarie des Méridiens.

Foucault, M. (1989). *Vigiar e Punir.* Petrópolis: Editora Vozes.

Foucault, M. (1994). *A Vontade de Saber - História da Sexualidade I.* Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Gassin, R.(1994). *Criminologie.* Paris: Editions Dalloz.

Glasser, B., Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: stratagies for qualitative research.* New York: Aldine de Gruyter.

Kuhn, T. (1975). *La estructura de las revoluciones científicas.* Madrid: Ediciones Fondo de Cultura Económica España, S. A.

Lagrée, J.-C. (1996). Marginalités juvéniles. *In Serge Paugam (Org.), L'exclusion, l'état des savoirs*, 321-334. Paris: Éditions La Découverte.

Larrauri, E. (1991). *La herencia de la criminologia crítica.* Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A.

Manita Santos, C. (1997). Personalidade criminal e perigosidade: da "perigosidade" do sujeito criminoso ao(s) perigo(s) de se tornar objecto duma "personalidade criminal"....*Separata da Revista do Ministério Público, 69, 55-80.*

Manita Santos, C. (1998). *Auto-Organização Psicológica e Transgressão - Análise Empirico-Crítica de Duas Figuras do Comportamento Desviante: Criminosos e Consumidores de Drogas.* Porto: FPCEUP (Dissertação de Candidatura ao Grau de Doutor).

Maroy, C. (1997). A análise qualitativa de entrevistas. *In Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais, 117-155.* Lisboa: Gradiva.

Matza, D. (1969). *Becoming Deviant.* New Jersey: Prentice-Hall, Inc.

Muncie, J., McLaughlin, E. (1996). *The Problem of Crime.* London: Sage Publications.

Pearson, G. (1994). Youth, Crime and Society. *In Mike Maguire, Rod Morgan et Robert Reiner (Ed.), The Oxford Handbook of Criminology, 1161-1206. Oxford: Clarendon Press.*

Poirier, J., Clapier-Valladon, S., Raybaut, P. (1995). *Histórias de Vida - Teoria e Prática.* Oeiras: Celta Editora.

Pradel, J., (1991). *Histoire des doctrines pénales.* Paris: Presses Universitaires de France.

Prins, A. (1910). *La défense sociale et les transformations du droit pénal.* Paris: Misch et Thron Editeurs.

Reiner, R. (1994). Policing and the police. *In Mike Maguire, Rod Morgan et Robert Reiner (Ed.), The Oxford Handbook of Criminology, 705-772. Oxford: Clarendon Press.*

Ruquoy, D. (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. *In Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais, 84-116.* Lisboa: Gradiva.

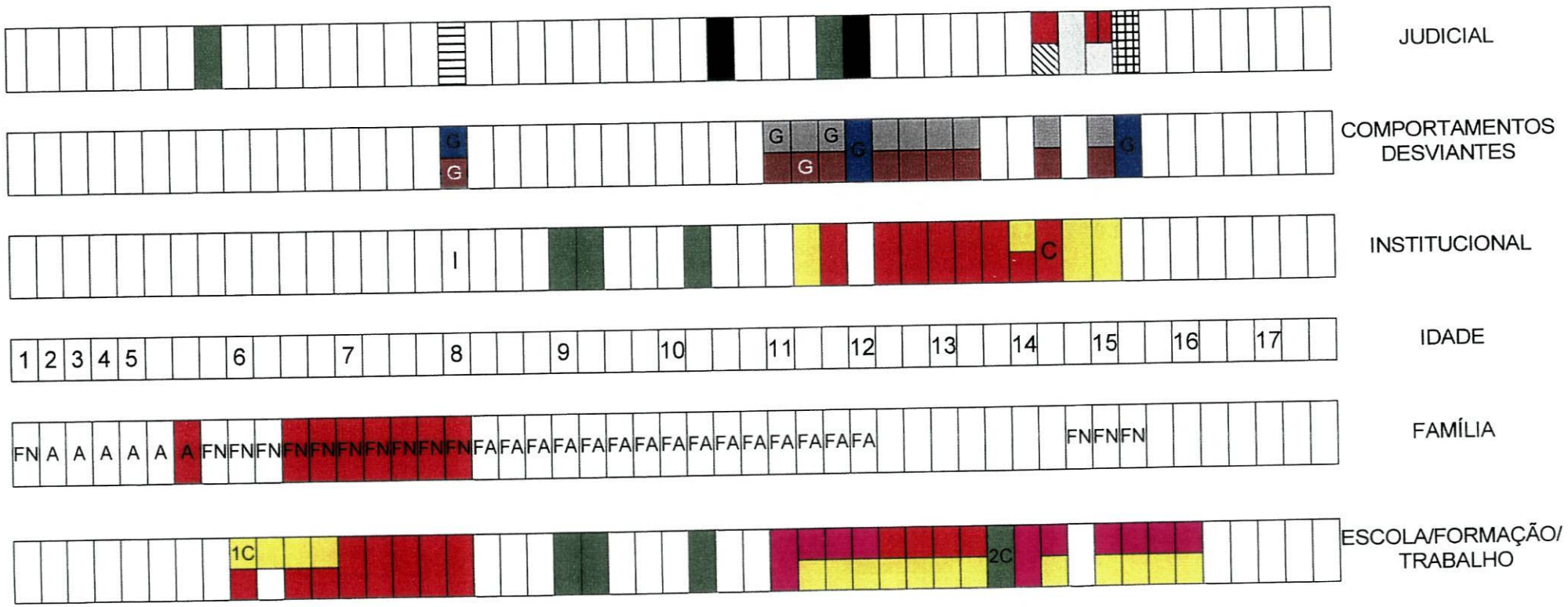
Sebastião, J. (1998). *Crianças de Rua: Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa.* Oeiras: Celta Editora.

Sedas Nunes, A. (1984). *Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais.* Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.

Théodose, E. (1992). *Ces Jeunes Qui Galèrent.* Paris: Éditions Ouvrières.

ANEXO

EXEMPLO DE BIOGRAMA



Grelha de Codificação

FACULDADE DE DIREITO
BIBLIOTECA
UNIVERSIDADE DO PORTO

PERCURSO JUDICIAL

PARTICIPAÇÃO	RISCO	
	DESVIO	
DECISÃO	CONFIANÇA JUDICIAL	
	ACOLHIMENTO	
	INTERNAMENTO	
	ACOMPANHAMENTO	
	MANDADOS DE CONDUÇÃO	
	ARQUIVAMENTO	

FAMÍLIA

	Instável	Regular
FAMÍLIA NATURAL (FN)	FN	FN
FAMÍLIA ALARGADA (FAL)	FAL	FAL
AMA (A)	A	A
FAMÍLIA ACOLHIMENTO (FA)	FA	FA

COMPORTAMENTOS DESVIANTES

FUGAS	
MENDICIDADE	
VADIAGEM	
VANDALISMO	
CONSUMO DE DROGAS	
TRÁFICO DE DROGAS	
FURTO	
ROUBO	
AMEAÇAS E INJÚRIAS	
OFENSAS CORPORAIS	

EM GRUPO G

ESCOLA/FORMAÇÃO/TRABALHO

	Dificuldades de Aprendizagem	Absentismo	Indisciplina	Regular
1º CICLO (1C)	1C	1C	1C	1C
2º CICLO (2C)	2C	2C	2C	2C
3º CICLO (3C)	3C	3C	3C	3C
FORMAÇÃO PROFISSIONAL (FP)	FP	FP	FP	FP
TRABALHO (T)		T	T	T

PERCURSO INSTITUCIONAL

	Indisciplina	Ausência/ /fugas
IPSS (I)	I	I
CAEF (C)	C	C

014240